

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

JULIA MARIANO BIF

**ESTUDO SOBRE AS PROPOSIÇÕES DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO DO BRICS**

CRICIÚMA

2015

JULIA MARIANO BIF

**ESTUDO SOBRE AS PROPOSIÇÕES DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO DO BRICS**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Jorge Antônio Marcelino

CRICIUMA

2015

JULIA MARIANO BIF

**ESTUDO SOBRE AS PROPOSIÇÕES DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO DO BRICS**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Profº Esp. Jorge Antônio Marcelino

Criciúma, 24 de junho de 2015.

BANCA EXAMIDORA

Prof. Jorge Antônio Marcelino – Especialista - Orientador - (UNESC)

Prof. João Batista da Silva – Mestre - (UNESC)

Prof.^a Louise Miron Roloff – Especialista - (UNESC)

**CRICIUMA
2015**

RESUMO

BIF, Julia Mariano. **Estudo sobre as proposições do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS**. 2015. 68 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O acrônimo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), foi cunhado pelo economista Jim O’neill. Quando foi criado em 2001 ainda não contava com a participação da África do Sul, o país começou a fazer parte em 2011. Os BRICS formam um grupo de países emergentes que se destacaram por seu alto desempenho financeiro na economia global dos últimos anos e obtiveram índices de desenvolvimento parecidos. Em 2014, na VI cúpula dos BRICS ocorreu a criação de um Novo Banco de Desenvolvimento, New Development Bank (NDB), comandado por estes países. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo realizar uma proposição do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Com relação à metodologia utilizada, o trabalho caracterizou como uma pesquisa bibliográfica e documental quanto aos fins de investigação e pesquisa quantitativa, quanto aos meios de investigação. Os resultados apontam que o Novo Banco de Desenvolvimento tem como objetivo focar nos propósitos dos países do grupo BRICS, além de ajudar os países que não são membros do grupo com recursos financeiros para promoverem melhorias em infraestrutura. Prevê-se que esta nova instituição entre em funcionamento dentro de dois anos, pois ainda há várias definições estratégicas e operacionais que precisam ser definidas.

Palavras-chave: BRICS. Novo Banco de Desenvolvimento. Economia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação em nincho dos bancos em desenvolvimento.....	23
Tabela 2 – Lista de cúpulas do BRICS.....	29
Tabela 3 – Níveis de Classificação de IDH - 2013	38
Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 2000 e 2013	39
Tabela 5 – Total de exportação em 2013.....	42
Tabela 6 – Total de Importação países do BRICS em 2013	43
Tabela 7 – Índice de Competitividade Global	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo de Extensão de Ferrovias	39
Quadro 2 – Resumo de Transporte de Cargas	39
Quadro 3 – Resumo de Extensão de Rodovias	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	12
2.1 NOVA ORDEM MUNDIAL.....	12
2.2 BRETTON WOODS	13
2.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	13
2.4 CRIAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS	14
2.5 ECONOMIA.....	15
2.5.1 Economia do Brasil	16
2.5.2 Economia da Rússia	17
2.5.3 Economia da Índia	18
2.5.4 Economia da China	19
2.5.5 Economia da África do Sul	20
2.6 BANCO COMERCIAL	21
2.7 BANCO DE DESENVOLVIMENTO.....	22
2.7.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDS	23
2.7.2 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	24
2.7.3 Banco mundial	24
2.7.4 Fundo Monetário Internacional - FMI	25
2.7.5 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	26
2.8 BRICS	27
2.8.1 Aproximações Políticas	29
2.9 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS.....	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	34
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	35
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	35

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	37
4.1 PROPOSTAS DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS.....	37
4.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	38
4.1.2 Logística de Transporte.....	39
4.1.3 Exportação.....	42
4.1.4 Importação	43
4.1.5 Índice de Competitividade Global	44
4.2 NOVO BANCO	45
5 CONCLUSÃO	46
REFERENCIAS.....	54
ANEXO(S).....	53
Anexo A - Declaração da IV Cúpula do BRICS	54

1 INTRODUÇÃO

No âmbito econômico, pensar globalmente para definir estratégias de crescimento resulta em uma aproximação comercial entre os países. Optar pelo desafio de unir-se a blocos econômicos tornou-se para muitos países uma forma de melhorar suas negociações internacionais.

O processo de iniciação de um conjunto de países que formam um bloco econômico é algo que precisa ser estudado cuidadosamente, tendo em vista as necessidades e atribuições econômicas dos países, para assim conseguir fazer a junção de países que estão no mesmo patamar de desenvolvimento.

De acordo com Keedi (2001) o rápido crescimento da globalização vem sendo notório, surgiu então à necessidade de integração de países denominado como Bloco Econômico, que ocorre entre os países que visam os mesmos propósitos econômicos.

Em 2001 o economista inglês Jim O'neill na Goldman Sachs através de estudos teve a ideia da criação dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Desde 2008 quando aconteceu a primeira reunião formal entre estes países, o BRIC vem expandido suas atividades (ITAMARATY, 2014).

Recentemente os países que formam o BRICS (com inclusão da África do Sul em 2011) oficializaram a criação de um Novo Banco de Desenvolvimento, que tem como principal objetivo o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países pobres e emergentes (FAZENDA, 2014).

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar as proposições do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS para o desenvolvimento de infraestrutura dos países do grupo.

A monografia é composta por cinco capítulos onde, no primeiro capítulo destacam-se a situação problema, os objetivos geral e específicos e a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa. No segundo capítulo encontra-se a fundamentação teórica que afirma o suporte teórico da pesquisa e ajuda a objetivar o estudo através de autores e publicações que tem relação com tema de estudo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho foram realizados por meio de pesquisas documentais, junto a sites oficiais, informações e notícias sobre o tema.

No quarto capítulo através das pesquisas realizadas, destaca-se a análise desenvolvida pela pesquisadora que tem como objetivo responder a pergunta apresentada na pesquisa deste estudo. Na parte final do trabalho, estão conclusão, referências bibliográficas e anexos.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Os Bancos de Desenvolvimento são instituições controladas pelos governos estaduais. O propósito destes bancos é proporcionar recursos aos países que necessitam de investimento (BBC, 2014).

Há vários Bancos de Desenvolvimentos espalhados pelo mundo e estes bancos visam incentivos a projetos que promovem o desenvolvimento econômico e social de um respectivo país (BBC, 2014).

Em Julho de 2014, na cidade de Fortaleza no Brasil, os países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), assinaram um acordo oficializando a criação de um Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) que irá financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento. O Ministro da Fazenda e do Planejamento do Brasil Guido Mantega, afirmou que a criação desta nova instituição financeira se deu porque nos países emergentes não há financiamentos suficientes (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014).

Considerando estes aspectos, é preciso compreender de que forma este novo banco irá atuar em seus países membros, por meio de melhorias e vantagens aos mesmos, como será sua implantação considerando as economias de cada país bem como as dificuldades enfrentadas.

Baseado nestes argumentos, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as proposições do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar um estudo sobre as proposições do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterização dos países do BRICS;
- b) Caracterização do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS;
- c) Descrever as principais razões para saber qual o motivo da criação dessa nova instituição;
- d) Identificar as principais utilidades aos países signatários do BRICS.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo tem por objetivo analisar as proposições do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e a importância do banco para a infraestrutura dos países que compõem o grupo.

Desta forma, a pesquisa é importante para mostrar uma visão do mercado internacional e dos propósitos do Novo Banco de Desenvolvimento junto aos países do BRICS. O trabalho oportuniza a identificação dos possíveis benefícios que surgiram para as partes envolvidas com a criação deste novo banco, por isso a pesquisa foi desenvolvida.

O trabalho apresenta-se viável, em razão da disponibilidade de acesso da pesquisadora a todos os dados necessários buscados através de documentos, artigos, livros e notícias oficiais para realizar a análise.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Vianna (2001) a fundamentação teórica é uma pesquisa baseada em outros autores que já fizeram uma análise e já escreveram sobre o tema que lhe interessa pesquisar. Conduzindo desta forma o leitor ao referencial teórico de acordo com a pesquisa, relacionando informações com o propósito da pesquisa com base em outros autores.

2.1 NOVA ORDEM MUNDIAL

Na década de 80, com o final da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o queda da União Soviética, o mundo estava de frente a uma nova estrutura política. Com a Nova Ordem Mundial ou Nova ordem Geopolítica Mundial, surgiu à nova reclassificação da hierarquia entre os Estados nacionais (VESENTINI, 2000).

Antes da Nova ordem mundial os países eram classificados em 1º mundo grupo composto por países capitalista desenvolvidos, 2º mundo grupo composto por países socialistas desenvolvidos, 3º mundo, grupo composto por países subdesenvolvidos e emergentes. Com o fim dos países do segundo mundo, a necessidade de uma nova divisão surgiu e foi elaborada. O mundo então foi dividido em países do Norte considerado países desenvolvidos e países do Sul considerados países subdesenvolvidos (VESENTINI, 2000).

Segundo Vesentini (2000) na Nova Ordem Mundial os países são classificados em três grupos:

- Países Centrais: São os países desenvolvidos, que detém maior poder político, econômico e militar. Possuem uma tecnologia avançada e grande população urbana.
- Países Semiperiféricos, Países em Desenvolvimento, Emergentes: São países que estão em desenvolvimento, com uma economia baixa, são menos desenvolvidos do que os Países Centrais e mais desenvolvidos do que Países Periféricos. A população destes países tem maior concentração nas cidades.
- Países Periféricos: São países pouco desenvolvidos e subdesenvolvidos. Possuem pouca influencia internacional e a

economia dos mesmos é da agropecuária e de exportação de matéria-prima. Estes países dependem dos países centrais.

Os países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são chamados de países emergentes.

2.2 BRETTON WOODS

Quando a Segunda Guerra Mundial ainda não tinha acabado, os líderes de 44 países na Conferência de Bretton Woods estavam estabelecendo diretrizes sobre a nova ordem econômica global. De acordo Cozendey (2013, p.13):

Em 22 de julho de 1944, concluía-se em Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, um processo iniciado quase três anos antes com a elaboração, quase simultânea e independente, dos planos elaborados nos Estados Unidos da América, por Harry Dexter White (março de 1942), e no Reino Unido, por John Maynard Keynes (setembro de 1941), para a organização do sistema monetário internacional que deveria suceder à Segunda Guerra Mundial, então em plena conflagração. Após uma concessão final do delegado soviético, que, sob instruções diretas do chanceler Molotov, aceitou finalmente que a contribuição da URSS ao capital do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) fosse idêntica à sua contribuição ao Fundo Monetário Internacional (FMI), encerrava-se a negociação dos instrumentos constitutivos destas duas instituições internacionais.

Em 1944, nos Estados Unidos da América a conferência de Bretton Woods decidiu rumos do pós-guerra e criou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi estabelecida uma nova economia internacional de acordo com a predominância do dólar.

2.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para alguns economistas teóricos o crescimento econômico é visto como um sinônimo do desenvolvimento. E por outro lado, na forma voltada a realidade o crescimento é visto com uma condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é uma condição suficiente.

O Desenvolvimento Econômico se fez evidente após os acontecimentos da década de 80 citados anteriormente. Houve um rápido processo de globalização onde os Estados obtiveram mais facilidade em conseguir notícias de fatos que

aconteciam do outro lado do mundo e este fácil acesso a informação tornou-se um elemento impulsivo para o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico (BRESSER; PEREIRA, 2006. p.1)

Para se fazer um estudo do desenvolvimento econômico, uns dos pontos que entram nesta análise é a infraestrutura do país. Não possuir uma considerável infraestrutura de transporte acaba afetando na economia, deixando-a com sua taxa de crescimento com limitações e interferindo na competitividade externa econômica que diminui, pois torna os produtos exportados com altos custos. A infraestrutura afeta diretamente nos custos de produção que ficam mais elevados, elevando assim a taxa de inflação e o custo de vida (BRUNO, 2009).

2.4 CRIAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

Keedi (2010) o mundo em que vivemos vem se globalizando cada vez mais em velocidade mais rápida, isto já é notório. Com este processo de globalização surgiu-se a necessidade de integração entre os países, este processo de integração é a união de países que visam os mesmos propósitos econômicos, os chamados acordos, ou blocos econômicos, onde os países que participam buscam facilitar o comércio entre si.

Há algumas décadas, por volta de meados do século XX, o mundo começou a unir-se em blocos comerciais, os mais diversos possíveis, cujos objetivos e configurações também têm vários formatos. A intenção desses acordos é a união de esforços em prol do comércio e da economia mundial, de modo que eles sejam cada vez mais intensos e os países envolvidos no processo possam evoluir e ter ganhos. Eles podem dar-se em acordos bilaterais ou multilaterais pelos países e ocorrer entre blocos. (KEEDI, 2010, p.48).

Segundo Biachi (2001) os blocos econômicos são criados por diversos motivos. Após a segunda guerra mundial quando se iniciou a formação dos Estados contemporâneos, as nações começaram a intensificar as práticas de políticas integracionistas. A junção que começou a ser buscada entre os Estados possuem

diversas causas, entre elas: econômicas, pacifistas, sociais, culturais etc. Mas segundo o autor a principal justificativa por esta busca de integração entre nações seria por razões econômicas, que levam as nações para se posicionar melhor para competir no mercado mundial.

Com a junção dos países em blocos, ocorre uma união econômica e os países que compõem o mesmo bloco começam a tentar organizar políticas econômicas comuns entre seus membros para que todos envolvidos tenham um similar desenvolvimento (KEEDI, 2004).

Keedi (2004) destaca que além da integração dos países, estes acordos também possuem outros lados positivos como: área ou zona de preferência tarifária, área ou zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e a união econômica. A área ou zona de preferência tarifária são acordos realizados entre países membros do mesmo bloco ou acordo que proporciona a redução das tarifas alfandegárias. Na área ou zona de livre comércio os países envolvidos concordam em permitirem que as mercadorias transitem entre os países ausentes de impostos de importação, isto é como se a mercadoria não estivesse sendo importada, pois fica isenta dos impostos de importação. Na União aduaneira as mercadorias circulam livremente sem o imposto de importação e os países envolvidos não dão preferência isolada a qualquer outro terceiro país.

2.5 ECONOMIA

Há grandes necessidades no mundo em que vivemos, as quais não são definidas. Os recursos para os meios que atendem estas necessidades podem ser definidos como limitados, finitos, escassos. Nusdeo (2000) conceitua a economia como uma ciência social, ou seja, ela possui uma relação com a vida de todos nós, mas a preocupação não é com apenas um indivíduo, mas sim com todos que fazem parte da sociedade. Esta ciência social estuda como o indivíduo e a sociedade gerencia os recursos escassos para melhor atender as necessidades humanas.

A economia possui como temas centrais a inflação, os juros, a globalização, o PIB, o dólar, crises econômicas, nível de desemprego, entre outras, e pode ser dividida em macroeconomia e a microeconomia. A macroeconomia

estuda e economia de um país como um todo e a microeconomia trata do comportamento de empresas, famílias, indivíduos (BRITO, 2005).

2.5.1 Economia do Brasil

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015) o Brasil está localizado na América do Sul, possui extensão territorial de 8.515.767,049 quilômetros quadrados, com população total de 202.033.670 habitantes, total de PIB de 2.243.854 milhões de dólares e os indicadores apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,744.

Segundo o World Economic Forum (2015) no relatório de competitividade global, onde se avalia o cenário econômico dos 144 países do mundo, o Brasil está na 57ª posição neste ranking.

Desde a Grande Depressão da década de 1930 e após a Segunda Guerra Mundial o Brasil passou por mudanças socioeconômicas. A economia do país que durante muito tempo foi voltada para a exportação de produtos primários, começou a ser dominado por um setor industrial amplo e diversificado em um curto espaço de tempo (BAER; 2002).

Estas mudanças socioeconômicas podem ser constatadas por números. A população de área urbana do país que em 1940 era de apenas 30%, em 1999 já havia aumentado em uma proporção de 78%. Em 1947 enquanto o setor da indústria crescia no país o setor da agricultura decaía (BAER; 2002).

Em 1997, com o intenso crescimento da industrialização, o Brasil estava produzindo milhões de veículos a motor, toneladas de aço, entre outros produtos. O número de estradas pavimentadas cresceu consideravelmente. Outro destaque foi o crescimento da agricultura, “O país tornou-se o maior produtor de açúcar e exportador de suco de laranja e o segundo maior exportador de soja, depois dos Estados Unidos” (BAER 2002, p.25).

A economia do Brasil durante o decorrer do final do regime militar passou por um extenso estágio de estagnação com alta inflação. A renda per capita do país em 1994 encontrava-se igual à de alguns anos atrás, mais precisamente o ano de 1980. Foram criados alguns planos de estabilização para que o país conseguisse acabar com a inflação. O primeiro método foi o Plano Cruzado introduzido por José

Sarney, fazendo o congelamento de preços, tarifas e câmbio e pela troca de moeda. Após algumas tentativas sem retorno e a inflação continuando alta, ainda em 1994 foi implementado o Plano Real que deu o fim na inflação trazendo a estabilidade econômica ao país (ALMEIDA, 2004).

Nos últimos anos vêm ocorrendo grandes mudanças na política brasileira, como reformas no Governo do Estado, em setores da economia, infra-estrutura e comunicação. No ano 2000, uma Lei de Responsabilidade Fiscal implementou um novo sistema de controle das despesas pública. Conforme Almeida (2004, p.29):

Estabelecendo limites para os pagamentos de pessoal, para a dívida pública, para os gastos correntes (monitorados de perto nos períodos eleitorais), bem como no que se refere aos investimentos e despesas extraordinárias, que não podem ser programados sem uma indicação precisa quanto à fonte de financiamento.

Esta lei auxilia na mudança da gestão pública do país, se refere a um código de conduta, de modo que é um conjunto de regras que orienta e disciplina a conduta da pessoa que esta a frente do cargo.

Segundo Pimentel (2013) o Brasil vem se consolidando como grande produtor e exportador de commodities e crescendo cada vez mais no cenário econômico. Para continuação do ciclo crescente da economia brasileira, há uma visão central na política de desenvolvimento científico e tecnológico do país. O Brasil junto com o BRICS visa uma transformação do país em potência científica e tecnológica.

2.5.2 Economia da Rússia

A Federação Russa esta localizada no leste da Europa, tem uma extensão territorial de 17.098.240 quilômetros quadrados, sua população é de 142.467.651 habitantes, o PIB total de 2.096.774 milhões de dólares e os indicadores sociais do IDH de 0,778 (IBGE, 2015).

De acordo com o relatório de competitividade global disponibilizado pelo World Economic Forum (2015), no cenário econômico atual, a Rússia esta na 53ª posição do ranking.

No ano de 1999 quando o governo do país começou a ser comandando por Putin, a Rússia iniciou uma rápida expansão econômica. Entre 1999 e 2005 a Rússia obteve uma média de 6,7% de aumento em seu PIB, a partir desta data o país vem mostrando um significativo crescimento (VIEIRA; VERISSIMO, 2009).

Esse crescimento econômico do país se deu ao aumento dos preços do petróleo. No mercado internacional em 1999 o petróleo custava US\$ 17,9 e em 2007 atingiu um valor de US\$100. O intuito do governo era dobrar o PIB do país, o desenvolvimento econômico e social e diversificar a economia para além dos produtos de recursos naturais, limitando assim as ameaças resultantes da dependência de preços internacionais do petróleo (VIEIRA; VERISSIMO, 2009).

Petróleo, gás, eletricidade e hidrocarbonetos que são produtos de recursos naturais tiveram um aumento em seu volume de exportação e também uma alta nos preços. Este aumento colaborou com pós-crise do país russo de 1998 e conseqüentemente com a balança comercial que teve um superávit aproximado de US\$ 250 bilhões entre os anos de 1999 e 2003 (De Paula; Ferrari Filho, 2006).

Entre 1898 e 1901, em 1975 e em 2007 a Rússia foi o maior produtor de petróleo e hoje possui a sétima maior reserva de petróleo do mundo. Atualmente o país se destaca por ser o maior exportador de energia do mundo, além disso, ainda tem a maior reserva de gás (SCHUTTE, 2010).

2.5.3 Economia da Índia

A Índia esta localizada no Sul da Ásia possui uma extensão territorial de 3.287.260 quilômetros quadrados, população total de 1.267.401.849 habitantes, o total do PIB é 1.875.213 milhões e o IDH do país chega a 0,586 (IBGE, 2015).

Através da pesquisa realizada pelo World Economic Forum (2015), que mostra o relatório de competitividade global do cenário econômico atual, a Índia esta na 71^o posição do ranking.

Depois de alguns anos de baixo crescimento, nas ultimas décadas o país vêm apresentando expressivo crescimento em sua economia. Em 1990 a Índia apresentava uma taxa média do PIB de 5,7%. Mesmo com algumas oscilações no PIB, nos anos posteriores o país continuou obtendo bons resultados em sua economia. Entre os fatores que fizeram o país chegar a este resultado positivo, está

o segmento de mão-de-obra altamente qualificada com um crescimento no mercado interno e as reformas econômicas que foram introduzidas no país (FERRARI FILHO; PAULA, 2006).

Nassif (2006) destaca três fatores que segundo ele resultaram no crescimento da economia da Índia. O primeiro fator é o seguimento dado nas reformas estruturais que começaram no ano de 1980 proporcionando o crescimento da produtividade econômica; segundo fator é a macroeconomia com uma política direcionada ao crescimento e à geração de empregos; o terceiro e último fator é a visão estratégica de longo prazo, onde o estado que planeja e se faz presente em setores pouco atrativos economicamente.

Em 2003 a Goldman Sachs, realizou uma avaliação dos BRICs. Segundo esta avaliação o país indiano possui uma taxa de crescimento potencial de 5,8% anualmente, dentro dos próximos trinta anos. Entre os potenciais fatores para este crescimento está taxa de investimento, crescimento demográfico, nível de educação, qualidade das instituições (LIMA, 2008).

2.5.4 Economia da China

A China esta localizada no leste da Ásia possui uma extensão territorial de 9.600.000,5 quilômetros quadrados, uma população total de 1.393.783.836 habitantes, o total do PIB chega a 9.181.204 milhões de dólares e o IDH de 0,719 (IBGE, 2015).

O ranking de competitividade global divulgado pelo World Economic Forum (2015), apresenta que entre o 144 a China esta na 28^o posição do ranking.

A China vem se destacando entre os outros países emergentes devido suas elevadas taxas de crescimento. Desde a década de setenta quando o país iniciou um período de pós-reforma, as taxas de investimentos, a maior abertura comercial e financeira, o regime cambial rígido, dentre outros, foram os fatores que contribuíram para o crescimento do país (VIEIRA, 2006).

Entre os anos 2000 e 2005 o PIB do China teve uma taxa média de crescimento de 9,4%. Tratando-se do comércio exterior, em 2003 a China ampliou sua participação para 6% e contando com superávit em sua balança comercial (NONNENBERG, 2008).

De acordo com Nonnenberg (2010) nos últimos trinta anos vários elementos contribuíram para o crescimento do país chinês, o processo de liberalização do sistema de elaboração de preços, que antes eram fixados pelo Governo Central é um dos elementos. Outro elemento que pode ser destacado é a liberalização que ocorreu em 1978 do comércio exterior, pois até este momento as exportações do país eram feitas apenas por empresas públicas. Entre os outros elementos o autor ainda comenta da criação de Zonas Econômicas Especiais, a grande população do país, o crescimento dos Investimentos Diretos Externos (IDEs), os incentivos de inovação e a geração de ciência e tecnologia ligadas aos investidores estrangeiros.

Segundo Nonnenberg (2010) o histórico econômico da China mostra que o país vem apresentando aumento em seu PIB mundial e um significativo papel no cenário econômico mundial. Oliveira (2007) destaca que um aspecto que vem marcando a economia chinesa é a rapidez de adaptação que o país exerce diante das circunstâncias e exigências dos acontecimentos em sua economia.

A China possui condições para preservar suas taxas em crescimento durante os demais anos, desde que as circunstâncias favoráveis ao crescimento ainda sejam presentes. As dificuldades enfrentadas pelo país em relação à política, economia e sistema internacional, em um longo prazo conseguirão ser resolvidos, oportunizando assim a continuidade no crescimento do país (FOGEL, 2006).

De acordo com a Empresa Brasil de Comunicação (2014) em 2010 a China se tornou a segunda maior economia do mundo. Em 2013 a economia do país obteve um crescimento de 7,7%, esta porcentagem foi acima da meta definida pelo governo que havia estipulado um crescimento de 7,5%.

2.5.5 Economia da África do Sul

Segundo dados do IBGE (2015) a África do Sul esta localizada na África Meridional possui uma extensão territorial de 1.219.090 quilômetros quadrados, a população total do país chega a 53.139.528 habitantes, o total do PIB é 366.060 milhões de dólares e o IDH do país esta em 0,719.

No último relatório de competitividade global divulgado pelo World Economic Forum (2015), no cenário econômico atual, a África do Sul está na 56ª posição do ranking.

Fazendo uma análise do comércio exterior, no período apartheid o país teve suas exportações e importações com baixo desempenho em virtude do protecionismo, que favoreceu as atividades econômicas internas e dificultou a importação de produtos. Neste período a economia do país dependia de choques internacionais beneficiários no preço das commodities (EDWARDS; LAWRENCE, 2006).

A África do Sul é a maior potência entre os países do continente africano. O crescimento do PIB do país foi de 4% entre os anos de 2000 até 2005, devido este crescimento o país vem se destacando no cenário econômico mundial (NONNENBERG, 2008).

De acordo com a Central Intelligence Agency (2015) o país é bem desenvolvido financeiramente, seu mercado é emergente e sua bolsa de valores está entre as vinte melhores do mundo. Mesmo possuindo um PIB em crescimento, os índices de pobreza, desemprego e desigualdade social estão entre os mais altos do mundo e continuam sendo um desafio.

Banerjee et al. (2007) analisando os problemas enfrentados pela economia do país desde a década de noventa, destacou que o fator que colabora para o alto índice de desemprego, alterando assim a taxa do mesmo, são os choques negativos que ocorrem na economia do país.

2.6 BANCO COMERCIAL

Bancos Comerciais são instituições financeiras públicas ou privadas, com objetivo de disponibilizar auxílio de recursos que estão sendo necessários para financiamentos de empresas prestadoras de serviços, comércio, indústria, pessoas físicas e terceiros em geral, em um período de curto ou médio prazo (BBC, 2015).

Diferente do Banco de Desenvolvimento que financia projetos que promovem o desenvolvimento de um determinado país, o Banco Comercial são instituições que através de operações passivas e depósitos à vista, livremente

movimentáveis, realiza financiamentos a pessoas físicas e terceiros em geral (BBC, 2015).

2.7 BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Em 1940, após a guerra mundial foram criados os Banco de Desenvolvimento (BD), nesta década estes bancos foram fundados com intuito de ajudarem as empresas industriais se reerguerem. Desde que foram criados os Bancos de Desenvolvimento possuem uma importância no crescimento econômico de vários países (FERRAZ; FERREIRA, 2013).

De acordo com o Banco Central do Brasil – BCB (2015) os Bancos de Desenvolvimento são organizações financeiras que financiam normalmente a uma taxa inferior a do mercado, cuja proposta deste financiamento é promover o desenvolvimento econômico de uma determina região ou conjunto de países. Estas organizações financeiras são controladas pelos governos estaduais.

Estas instituições financeiras, desde quando foram criadas vêm fazendo financiamentos para o aumento de capacidade produtiva das empresas e visa ajudar os segmentos do mercado que o sistema financeiro privado não oferece de financiamento em longo prazo (FERRAZ; FERREIRA, 2013).

Abaixo alguns itens que podem diferenciar os BD:

- A estrutura de propriedade (total ou parcialmente públicos);
- O foco de atuação (restrito ou amplo);
- As formas de financiamento (diretas ou indiretas);
- Os custos dos financiamentos;
- O ambiente regulatório a qual estão subordinados;
- A governança corporativa;
- O tamanho, o portfólio de empréstimos e a performance financeira;

Luna-Martinez e Vicente (2012) através de uma pesquisa realizada com algumas instituições, classificando os bancos de desenvolvimentos por tipo de mandato obteve os seguintes resultados representados pela tabela 1:

Tabela 1 – Classificação em nincho dos bancos em desenvolvimento

Nincho de mercado	Percentual
Total Específico	53%
Agricultura	13%
Micro, Pequenas e Médias Empresas	12%
Comércio Exterior	9%
Residencial	6%
Infraestrutura	4%
Governo Local	3%
Indústria e outros	6%
Total Amplo	47%
TOTAL	100%

Fonte: Luna-Martínez e Vicente (2012)

2.7.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDS

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDS) desde quando foi criado, no ano de 1952, se destaca pela ajuda nos setores de agricultura, indústria, infra-estrutura e comércio e serviços, mas é uma empresa pública e federal que financia em longo prazo para execução de investimentos de qualquer segmento econômico (BNDS, 2015).

O BNDS possui uma rede de instituições financeiras credenciadas por todo território nacional, pois grande parte das operações do banco é realizada de forma indireta e essa rede de instituições auxilia no alcance de clientes potenciais (BNDS, 2015).

Os recursos do fundo do BNDS que dão suporte as atividades do banco são obtidos através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Garantia à Exportação (FGE), Fundo Garantidor para Investimento (FGI), Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Fundo Setorial de Audiovisual (FSA), Fundo de Programa de Integração Social (PIS) – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Micro, pequena e média Empresa, órgãos públicos, pessoas físicas e associações podem fazer financiamentos pelo BNDS, desde que sigam alguns requisitos e condições específicas que o banco exige.

BNDS (2015) as operações do banco são feitas de forma indireta, através de bancos comerciais, públicos ou privados, agências de fomento e cooperativas

credenciadas pelo BNDS, e estes são encarregados de verificar e analisar a aprovação do crédito. O perigo da operação fica sobre responsabilidade dos agentes financeiros, mas o BNDS sempre acompanha e fiscaliza as operações.

2.7.2 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD

O BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) é uma instituição que junto com a Organização das Nações Unidas (ONU) possui o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico e social de países (BIRD, 2015).

O BIRD constitui o banco mundial e está presente no mundo todo, sua função é ajudar o país a desenvolver o crescimento sustentável e de longo prazo, garantindo condições de desenvolvimento para população (BIRD, 2015).

Jim Yong Kim é o responsável pela gestão global e a pessoa que preside as reuniões do conselho de Administração da instituição. Os diretores executivos do conselho de administração se reúnem duas vezes na semana para analisar as atividades da instituição. França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Reino Unido são os cinco países que mais possuem ações no banco (BIRD, 2015).

Apenas os países membros do FMI podem fazer parte do BIRD e a captação de recursos do banco é obtido na maior parte no mercado internacional de capitais, porém o banco possui também recursos próprios.

2.7.3 Banco mundial

O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional, que assim como os outros BD concede empréstimos para países em desenvolvimento. O banco é integrado por cinco instituições, dentre estas o BIRD e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) (PWYP, 2011).

O apoio entre Banco Mundial e BIRD tem como objetivo a melhoria das nações, com atenção especial de serviços em áreas urbanas e rurais, conseguindo assim uma melhora na qualidade de vida, além de incentivar um gerenciamento eficaz de recursos naturais (BIRD, 2015).

Entre os principais motivos da união entre os o BIRD e Banco Mundial pode-se destacar: aumento dos investimentos públicos e privados, melhora na oferta de serviços aos mais pobres, fortalecimento de desenvolvimento tanto regional como nacional e o apoio ao gerenciamento efetivo dos recursos naturais e do meio ambiente (THE WORLD BANK, 2015).

O banco mundial possui um sistema integrado com 188 cooperados. Esses países ou acionistas são representados por um Conselho, responsável por formar políticas na instituição. Normalmente uma vez ao ano são realizadas Reuniões Anuais Dos conselhos Governadores do Grupo do Bando Mundial e do Fundo monetário nacional (THE WORLD BANK, 2015).

As organizações que formam o Banco Mundial são de propriedades dos governos dos países membros, através do conselho de governadores e da diretoria executiva, estes podem tomar decisões finais sobre qualquer assunto (THE WORLD BANK, 2015).

2.7.4 Fundo Monetário Internacional – FMI

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o FMI vem desempenhando um papel fundamental na economia internacional. O FMI teve sua existência formal no ano de 1945, no mês de dezembro quando os primeiros 29 países membros assinaram os artigos do acordo e as operações foram iniciadas no dia primeiro de março de 1947 (FMI, 2015).

A missão do FMI (2015) é auxiliar na estabilidade do sistema internacional de três formas: Manter o controle da economia global e das economias dos países membros; Fazer empréstimos a países com dificuldades da balança de pagamentos; Dar ajuda prática para os membros;

Todos os países membros do FMI possuem um governador e um governador suplente para representar seu país no conselho de governadores, que se reúne para reuniões ordinariamente uma vez ao ano para tomada de algumas decisões (FMI, 2015).

Uma das principais funções do FMI é conceder empréstimos a países membros que estão com problemas no balanço de pagamento. O país solicita o empréstimo e o FMI o concede através de um “acordo” que estipula as medidas específicas que o país aceitou executar para resolver o problema. Estes

financiamentos são feitos através das linhas créditos, que se adequam ao cenário específico dos países membros (FMI, 2011).

Os recursos do FMI são fornecidos pelos países membros, principalmente mediante o pagamento de cotas que, grosso modo, refletem a dimensão econômica dos países. Na Cúpula do G-20 de abril de 2009, os líderes mundiais se comprometeram a apoiar a triplicação dos recursos creditícios do FMI, que passaram de cerca de US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões. Para cumprir esse compromisso, os participantes atuais e potenciais dos Novos Acordos para a Obtenção de Empréstimos (NAB) concordaram em ampliar os NAB para cerca de US\$ 570 bilhões, uma decisão que entrou em vigor em 11 de março de 2011, após a conclusão do processo de ratificação pelos participantes. Ao término da XIV Revisão Geral das Cotas, em dezembro de 2010, os governadores concordaram em dobrar as cotas do FMI, para cerca de US\$ 730 bilhões, e promover um amplo realinhamento das cotas entre os países membros. Quanto esse aumento das cotas entrar em vigor, haverá uma redução correspondente dos recursos do NAB. Em meados de 2012, vários países membros anunciaram contribuições adicionais para ampliar os recursos do FMI em US\$ 460 bilhões para ajudar a reforçar a estabilidade econômica e financeira mundial (FMI, 2013, p.3).

2.7.5 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma instituição financeira que presta apoio a alguns países, constituída por 48 países e considerado a maior fonte de financiamento multilateral para América Latina e o Caribe. Através de parcerias o banco busca ajudar a acabar com a pobreza e a desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável destes países, auxiliando seus clientes na elaboração de projetos e fazendo financiamentos (BID, 2015).

O BID deu início a suas negociações em 1959 e desde então é a maior fonte de financiamentos na América Latina e Caribe. Os clientes do banco são os governos nacionais, províncias, estaduais e municipais. O financiamento a empresas do setor privado são para assistência técnica de projetos que tenham impacto positivo no desenvolvimento econômico e social (BID, 2015).

Com sua sede em Washington, nos Estados Unidos, o BID além de prestar apoio através de empréstimos e financiamentos também oferece doações, presta assistência técnica em projetos e pesquisa do governo, empresas privadas e organizações não governamentais (SEBRAE, 2015).

Os países que fazem parte do BID não contam apenas com o capital próprio do banco, já que ele usa também recursos obtidos no mercado financeiro e de outros fundos de administração no âmbito do desenvolvimento econômico, institucional e social das nações que o compõem (STEPHANOU, 2006).

2.8 BRICS

O economista inglês Jim O'neill que teve a idéia de criar o termo BRIC, na Goldman Sachs em Nova York onde ele era o economista-chefe. Na busca por potências mercados alternativos de investimento, utilizando as projeções demográficas, modelos de capitais acumulado, análises de crescimento produtivo, PIB e a evolução per capita chegou-se na formação do BRIC (MARTINS, 2012).

Apesar dos países do BRIC terem várias diferenças, apresentam algumas semelhanças, entre elas estão o elevado índice populacional, são países de grande extensão territorial tendo grandes populações, o grau de desenvolvimento e a taxa de crescimento estão no topo entre as economias emergentes (MARTINS, 2012).

Quando criado em 2001, o conjunto BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) não contava com a participação do país da África do Sul, apenas em abril de 2011 na cidade de Sanya Hainan, na China que o país formalizou sua entrada neste grupo. O então grupo passou a se chamar BIRCS (PEREIRA, 2014)

Com a entrada da África do Sul surgiram vários debates, pois o país não possuía as características de semelhanças dos outros países. Apesar de não ter grande população e não ter grande extensão territorial como os outros, no continente africano a África do sul é um dos países mais bem desenvolvidos e se destaca por ser uma potência em exportação de minérios e produtos manufaturados (CARLETTI, 2013).

Todos os cinco países que compõem este grupo político possuem um líder, o Brasil é liderado pela presidente Dilma Rousseff, Rússia pelo presidente Vladimir Putin, Índia pelo primeiro ministro Nerendra Modi, China pelo presidente Xi Jinping e a África do sul pelo presidente Jacob Zuma. De acordo com uma Nota Técnica nº128 do DIEESE (2013, p.2):

O grupo Brics é, hoje, um importante bloco na política e na economia internacional. Composto por lideranças regionais, o bloco representa quase metade da população mundial (especialmente pela participação de China e Índia), cerca de um quinto da superfície terrestre (pelas dimensões de Rússia, China e Brasil), economias diversificadas com elevado crescimento nos últimos 15 anos e uma enorme abundância de recursos naturais, que propiciam produção agrícola, mineral e energética expressiva. O peso econômico é inegável, com uma participação no PIB mundial equivalente a União Européia ou EUA, embora muito disso se deva à importância da China, da

mesma forma que ocorre quando a referência é feita com relação à participação do grupo no comércio internacional.

De sua criação em 2001 até 2006 os países que fazem parte do BRICS não possuíam mecanismos de articulação. O grupo não tinha ideias articuladas, cada país tinha sua gestão em torno do BRICS, mas as características que tinham individuais permitiam serem visualizadas em conjunto.

Os encontros do grupo começaram em 2006, de maneira informal em uma Assembleia Geral da ONU, onde discutiram assuntos de interesse em comum entre os países, mas apenas 2009, após a crise financeira de 2008, que o grupo econômico começou de fato a mostrar o começo da cooperação entre os países (CARLETTI, 2013).

Além dos encontros de Cúpulas dos Líderes, o grupo realiza também encontros anuais de todos os níveis, com Ministros das Relações Exteriores até Ministros da Fazenda e de Fóruns Empresariais até Fóruns acadêmicos. O grupo vem firmando compromissos com novas parcerias, buscando favorecer os seus países membros e um de seus objetivos é conseguir de forma direta e indireta através de seus membros maior voz política e mais influente no meio da governança global para participar mais presente do atual cenário internacional (CARLETTI, 2013).

O BRICS tem desenvolvido suas operações em duas principais operações, a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros. No que se refere à coordenação em reuniões internacionais, o BRICS tem como prioridade o G-20 e a reforma do FMI em sua governança econômico-financeira. Em relação à política, o mesmo defende a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de segurança, buscando aumentar seu destaque na democratização da governança internacional (ITAMARATY, 2015).

De acordo com Itamaraty (2015) a primeira cúpula do BRICS foi em 2009, desde então este conjunto de países contem cerca de trinta áreas em suas atividades. Entre estas atividades podemos destacar algumas como:

- Agricultura
- Ciência e tecnologia
- Cultura

- Espaço exterior
- Governança e segurança da Internet
- Previdência social
- Propriedade intelectual
- Saúde
- Turismo

Em uma Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006 que Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) iniciaram seu “bloco econômico” de uma maneira informal com uma reunião. No ano seguinte, quando foi constatado em uma Assembleia Geral das Nações Unidas, o interesse destes países com o então “bloco”, foi agendado uma reunião formal do BRIC em Chanceleres, na Rússia, para o dia 18 de maio de 2008, para que seus líderes pudessem aprofundar seus diálogos. Nesta época África do Sul ainda não participava (ITAMARATY, 2015).

Desde então os Chefes de Estados e de Governo do BRICs fazem reuniões de Cúpulas anualmente.

Tabela 2 – Lista de cúpulas do BRICS

Cúpula	Mês	Ano	Local
I Cúpula	Junho	2009	Ecaterimburgo, Rússia
II Cúpula	Abril	2010	Brasília, Brasil
III Cúpula	Abril	2011	Sanya, China
IV Cúpula	Março	2012	Nova Delhi, Índia
V Cúpula	Março	2013	Durban, África do Sul
VI Cúpula	Julho	2014	Fortaleza, Brasil

Fonte: Ministério das Relações Exteriores – ITAMARATY (2015)

2.8.1 Aproximações Políticas

a) I Cúpula

A primeira cúpula foi intitulada como “Perspectivas para o Dialogo entre Brasil, Rússia, Índia e China”, aconteceu em 16 de junho de 2009, quando a África do Sul ainda não estava inserida. O grupo teve seus assuntos debatidos em cima de

assuntos econômicos e financeiros do G-20 para recuperação da economia mundial, devido à crise de 2008 (ITAMARATY, 2015).

Os membros do então BRIC, nesta primeira etapa tiveram a possibilidade de observar os aspectos de compatibilidade que eles possuem e assim estabelecer suportes mais flexíveis de auxílio entre a economia dos quatro países emergentes. Esta cúpula foi mais concreta do que os outros encontros informais do grupo e mostrou os comportamentos esperados pelos países membros. Vários pontos foram discutidos entre os líderes que representam cada um dos países (SANTOS 2013).

De acordo com Reis (2012) os países estavam representados pelos seus líderes, que prometeram em se empenhar nos avanços da reforma nas instituições financeiras internacionais, refletindo as oscilações da economia global. Além disso destacaram que os países emergentes e em desenvolvimento teriam que ter voz mais ativa no desempenho nestas instituições.

Ainda assim, no final da primeira cúpula o BRIC não tinha certeza se sua existência teria continuidade, devido à incerteza para organizar o novo encontro, a nova cúpula dos BRICS (REIS, 2012).

b) II Cúpula

A segunda cúpula aconteceu no Brasil e serviu para aprofundar a concentração política entre os membros. Um destaque desta cúpula foi o crescimento exponencial no decorrer de 2010 das iniciativas do intra-BRIC, entre estas iniciativas de acordo com Reis (2012, p. 39):

Primeira Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC, à margem de reunião do Comitê Estatístico da ONU (Nova York, 22 de fevereiro), que resultou na publicação de duas obras com estatísticas conjuntas dos países do BRIC24; o 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC (Brasília, 1 a 12 de março); o 1º Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC (Moscou, 26 de março); o Encontro de Presidentes de Bancos de Desenvolvimento do BRIC (Rio de Janeiro, 13 de abril), que resultou na assinatura de Memorando de Entendimento entre os referidos bancos; o 1º Seminário de Think Tanks do BRIC (Brasília, 14 e 15 de abril); o Encontro de Cooperativas do BRIC (Brasília, 15 e 16 de abril); o Fórum Empresarial do BRIC (Rio de Janeiro, 14 de abril); e a Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Brasília, 15 de abril), sendo que o primeiro evento havia sido realizado em 2009.

Essas ações que ocorrem entre uma cúpula e outra servem para proporcionar uma interação entre os membros em diversas áreas. Fazendo assim

com que em cada cúpula pode ser visto que foram estimuladas ações que fizeram com que os membros interagissem.

c) III Cúpula

Nesta terceira fase foi consolidada a entrada de mais um país, a África do Sul se tornou a nova integrante do grupo e o então BRIC passou a se chamar BRICS. Perante seu significativo destaque econômico o país do continente africano entrou para o grupo agregando contribuições ao mecanismo do BRICS (ITAMARATY, 2015).

Este terceiro encontro serviu para o fortalecimento de algumas áreas como a agricultura, estatísticas de bancos de desenvolvimentos e abertura de recentes direções para as áreas de ciência, saúde, tecnologia, entre outros (REIS, 2012).

Na terceira cúpula foi realizado um Plano de Ação, onde os países mostraram suas visões políticas de uma forma objetiva, este plano serviria como suporte para a futura implementação e era dividido em três partes. A primeira parte se referia ao reforço dos programas de cooperação do BRICS. A segunda parte se estendia desde áreas de cooperação até a realização de encontros e pesquisas e na última parte do plano indicava novas propostas, como cooperação no campo cultural, incentivos esportivos, possibilidades de promover a cooperação científica, tecnológica e de inovação no contexto do BRICS. A implementação destes objetivos seriam revisados na cúpula seguinte (SANTOS, 2013).

d) IV Cúpula

Na quarta cúpula do BRICS os líderes tiveram um diálogo sobre o plano de ação que havia sido feito na cúpula anterior, um destaque deste plano foi a Cooperação Agrícola dos Estados do BRICS que teve uma aprovação para o período entre 2012 e 2016 (SANTOS, 2013).

Foi lançada a cooperação financeira com terceiros países, por meio da criação do “Banco BRICS”, depois estabelecido um grupo de trabalho, cuja missão seria estudar a viabilidade da iniciativa desta instituição. A mesma seria liderada pelos cinco países e voltada ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, não só nos países membros do BRICS, mas também nos demais países emergentes e em desenvolvimento. No decorrer da cúpula foram

assinados acordos entre os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS (ITAMARATY, 2015).

e) V Cúpula

A quinta cúpula foi na África do Sul e o seu tema foi “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. Cada um dos membros já havia sediado uma cúpula. Os membros chegaram a um consenso de criar um fundo de US\$ 100 bilhões, o intuito deste fundo seria ajudar os países, evitar pressões de liquidez, reforça a estabilidade financeira, entre outros (RAMOS, 2013).

Nesta reunião entre os principais resultados estão o início das negociações para constituição do Arranjo Contingente de Reservas, a viabilização do “Banco de Desenvolvimento do BRICS”, assinatura de dois acordos deste banco e definido o Conselho Empresarial do BRICS (ITAMARATY, 2015).

f) VI Cúpula

O tema da última cúpula foi o "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis". Neste encontro foram assinados os acordos característicos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas (ITAMARATY, 2015).

A partir desta cúpula de Fortaleza, o início do Arranjo e do Novo Banco citados acima, foram essenciais para dar uma configuração mais formal para este grupo, estreitando as relações entre os membros (DIEESE, 2014).

2.9 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento, New Development Bank (NBD na sigla em inglês), ocorreu na última cúpula do BRICS, em Fortaleza (DIEESE, 2014).

Este novo banco terá sua sede em Xangai na China e tem como intuito financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, não apenas para os países membros do BRICS, mas também para outros países que estão em

desenvolvimento, devido à grade necessidade de recursos que financiem o desenvolvimento da infraestrutura do mundo. (NOGUEIRA, 2015).

O capital do banco esta descrito no anexo do trabalho no item 12 da Segundo a Declaração de Fortaleza:

12. O Banco terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será do Brasil. O primeiro Presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul, concomitantemente com sua sede. Instruímos nossos Ministros das Finanças a definir as modalidades para sua operacionalização.

O banco permanecerá acessível à participação de outros países. Os países que são desenvolvidos podem fazer parte do banco como sócios, mas não poderão ser tomadores de empréstimos. Os países que estão em desenvolvimentos, além de poderem ser sócios também podem realizar a captação de recursos, mas mesmo que não se tornem sócios os países em desenvolvimento poderão fazer empréstimos e realizar outras operações junto ao banco, desde que estejam dentro das exigências que são especificadas pelo Conselho de Governadores (NOGUEIRA, 2015).

Mesmo dando abertura a novos sócios do banco, os BRICS conservarão pelo menos 55% do poder de voto total. O máximo de poder de voto dos países desenvolvidos será de 20% e ainda fora os BRICS nenhum outro país deterá mais do que 7% dos votos (NOGUEIRA, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um conjunto de processos descritos para busca do conhecimento a respeito de um objeto, observando os seus comportamentos e procedimentos, ordenando-os de maneira lógica e permitindo conhecer uma realidade determinada (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Margarida (2010) a metodologia é o caminho ou conjunto de métodos que são percorridos durante a busca do conhecimento. A partir do momento que o homem começou a interrogar-se sobre os fatos do mundo exterior, surgiu-se a necessidade da metodologia da pesquisa científica.

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Descreve-se aqui o meio de investigação da pesquisa, quanto aos fins e meios da mesma, a fim de alcançar os objetivos geral e específicos do estudo. Para produzir um trabalho de qualidade é fundamental informar-se sobre os meios mais adequados para o procedimento do trabalho (VIANNA, 2001).

O presente trabalho caracterizou-se com uma pesquisa descritiva quanto aos fins de investigação. A pesquisa descritiva tem como finalidade realizar uma descrição, podendo ser de uma população, fenômeno ou relações entre variáveis (RAUPP; BEUREN, 2003, apud GIL, 1999).

Na pesquisa descritiva mostra-se um estudo que a pesquisa exploratória não é tão aprofundada quanto explicativa. Desse modo, descrever significa explicar, relatar, detalhar, especificar, entre outros (RAUPP; BEUREN, 2003).

A pesquisa foi descritiva por que os dados coletados foram analisados e relatados de acordo com as características, buscado o objetivo elaborado para o trabalho, que foi analisar os possíveis projetos do banco de desenvolvimento do BRICS.

Quanto os meios de investigação a pesquisa foi realizada de forma bibliográfica e documental, os principais dados utilizados foram coletados do IBGE, PNUD e do Ministério das Relações Exteriores.

As investigações bibliográfica e documental possuem o documento como o material de investigação. A bibliográfica é o estudo de documentos de domínio científico em livros, periódicos e artigos científicos, enquanto a documental é realizada a partir de tabelas, estáticas, relatórios, entre outros (SÁ-SILVA, et al, 2009).

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

O estudo foi voltado para o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e suas proposições.

O grupo BRICS é formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O estudo buscou apresentar os objetivos da nova instituição financeira criada pelo grupo BRICS e sua importância na infraestrutura, através dos dados fornecidos pelo site oficial do BRICS e do Itamaraty.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Os dados utilizados são provenientes de dados secundários, que já estão formalizados e apenas foram analisados pela pesquisadora. Para coleta de dados a técnica utilizada foi quantitativa, onde traduzem os números, opiniões e informações para assim fazer uma análise e conseguir chegar a um resultado final.

Os dados coletados para realização do presente estudo foram extraídos principalmente do site do Itamaraty, IBGE, PNUD, Ministério da Fazenda e World Economic Forum.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

O método de análise de dados esta entre os principais elementos que consistem no procedimento da pesquisa, esse podem conter abordagem quantitativa, qualitativa ou mista (CRESWELL, 2007).

De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2006) na técnica quantitativa por meio da coleta de dados é realizada a análise e busca-se responder as questões apresentadas.

Neste sentido, o presente estudo possui uma abordagem essencialmente qualitativa, onde os dados foram coletados com a pesquisa realizada de forma eletrônica.

4 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica realizada, aqui os resultados da pesquisa serão expostos. A pesquisa foi realizada com base de pesquisas nos projetos que se referem à infraestrutura do novo banco de desenvolvimento do BRICS.

Entendesse como estrutura pública ou de caráter público, todo o apoio ao crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com o Dicionário (1998) infraestrutura é a associação das atividades e estruturas da economia de um país que servem como base para o desenvolvimento de outras atividades. Pode-se citar como exemplo sistema de serviços urbanos oferecidos para população como água, esgoto, energia, saúde, escola e segurança. Ainda podem ser destacados os portos, aeroportos, rodoviárias, ferrovias, etc.

Oliveira (2012) diz que a infraestrutura é essencial para o desenvolvimento econômico de um país, pois sem ela as empresas não podem dar o aumento adequado aos seus negócios. Quando um país não possui uma boa infraestrutura ele pode prejudicar seus consumidores encarecendo seus produtos, não só no mercado interno, mas também no mercado externo.

4.1 PROPOSTAS DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS

A criação deste novo banco esta registrada nos itens 11, 12 e 13 da Declaração de Fortaleza que esta no Anexo 1.

O banco possui como iniciativa cessar os recursos para projetos de desenvolvimento dos países que fazem parte do BRICS e também dos países que não fazem parte do grupo, porém se relacionam com os países do BRICS.

Como os recursos deste banco são derivados de orçamentos nacionais, que depende de aprovação do Congresso, há várias definições de estratégia e operacionais que até então são pendentes, mas se prevê que o banco se torne operacional dentro de dois anos.

O foco do novo banco são os projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, apesar de que não haja ainda projetos definidos e as definições de projetos na parte de infraestrutura ainda estão confusas.

É visto que há uma necessidade de investimentos na infraestrutura para o desenvolvimento e crescimento econômico dos países BRICS. A África do Sul é um país que precisa de muitos investimentos na área de infraestrutura. O país possui uma infraestrutura precária, poucos investimentos externos foram direcionados ao país africano devido o regime da apartheid.

Nos países China, Brasil e Índia o objetivo é desenvolver projetos na área de infraestrutura e executar obras ligadas ao transporte destes países, melhorando as rodovias, ferrovias e portos. Com a realização destas obras se faz um maior fluxo no movimento de riquezas minerais da África do Sul.

4.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH foi criado em 1990 e é uma referencia mundial. Este índice mede o progresso de uma nação a partir de três áreas: renda, saúde e educação (PNUD, 2012).

Pode-se verificar na tabela 3, a classificação do IDH. O índice separa os países em quatro conjuntos. No primeiro conjunto estão os países em Muito Alto Desenvolvimento Humano, como se pode verificar na tabela em 2013 o maior índice foi de 0,944. O segundo grupo é o de Alto Desenvolvimento Humano. O terceiro de Médio Desenvolvimento e na sequência os de Baixo Desenvolvimento, onde a média esta em 0,540.

Tabela 3 – Níveis de Classificação de IDH - 2013

Níveis de IDH	Ano 2013
Muito Alto Desenvolvimento Humano	0,944
Alto Desenvolvimento Humano	0,79
Médio Desenvolvimento Humano	0,698
Baixo Desenvolvimento Humano	0,54

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2014)

Na tabela 4 foram escolhidos os dois países Noruega e Austrália, que ocupam o nível mais elevado de IDH, para ser comparado com os países que fazem parte do acrônimo BRICS. Como pode ser verificado a Rússia e o Brasil são os dois países que possuem o IDH mais alto entre o países do BRICS, eles estão no nível de desenvolvimento humano elevado. A china e a África do Sul de acordo com o

índice estão no nível médio de desenvolvimento humano, já a Índia esta entre o pior deles, na 135^o posição.

Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 2000 e 2013

Colocação Ranking	País	2000	2008	2010	2012	2013
1	Noruega	0,922	0,95	0,952	0,955	0,944
2	Austrália	0,914	0,933	0,935	0,938	0,933
57	Rússia	0,713	0,778	0,782	0,788	0,778
79	Brasil	0,669	0,716	0,726	0,73	0,744
91	China	0,59	0,672	0,689	0,699	0,719
118	África do Sul	0,622	0,613	0,621	0,629	0,658
135	Índia	0,463	0,533	0,547	0,554	0,586

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2014)

Um aspecto a ser observado na tabela 4 é o crescimento do índice é que todos os países do BRICS obtiveram aumento nos últimos anos, com exceção da África do Sul que teve uma queda em 2008. Desse modo é provado que há uma grande diferença nos níveis de desenvolvimento humano entre os países do grupo BRICS em relação aos países desenvolvidos, mas esta ocorrendo uma queda desta diferença, devido o bom desempenho e correspondente crescimento apresentado pelos BRICS.

4.1.2 Logística de Transporte

A logística possui suas atividades voltadas para a armazenagem, transporte e distribuição dos produtos. O processo de logística busca mecanismos para fazer a distribuição dos produtos no destino final no menor tempo possível e reduzindo custos. Por isso os investimentos da infraestrutura de um país em ferrovias, rodovias, entre outros é importante para não só para o comércio nacional, mas também para comércio exterior (BARAT, 2007).

Quadro 1 - Resumo Extensão de Ferrovias

EXTENSÃO DE FERROVIAS (1000 km)	2005	2010	2011	2012	2013
Brasil	29	28	29	29	30
Rússia	85	86	86	86	86
Índia	64	64	65	65	...
China	75	91	93	98	...
África do Sul	21	21

Fonte: BRICS Joint Statistical Publication (2014).

Quadro 2 - Resumo de Transporte de cargas

TRANSPORTE DE CARGAS (bilhões de toneladas em KM)	2005	2010	2011	2012	2013
Brasil
Rússia	4 676	4 752	4 915	5 056	5 083
Índia
China	8 026	14 184	15 932	17 377	(3)18 648
África do Sul

Fonte: BRICS Joint Statistical Publication (2014).

Quadro 3 - Resumo de Extensão de Rodovias

EXTENSÃO RODOVIAS (1000 km)	2005	2010	2011	2012	2013
Brasil	1 610.0	1 712.0	1 712.0	1 713.0	1 691.0
Rússia	531.0	665.0	728.0	925.0	987.0
Índia	210.0	231.0	235.0	241.0	...
China	3 345.2	4 008.2	4 106.4	4 237.5	...
África do Sul	-	-	-	-	-

Fonte: BRICS Joint Statistical Publication (2014).

Legenda dos Quadros:

(...) – Sem acesso aos dados.

(3) – Dados preliminares

Enquanto os países desenvolvidos possuem uma extensa rede ferroviária e rodoviária, alguns dos países em desenvolvimento possuem uma quantidade inferior. Pode-se verificar nos quadros 1,2 e 3 a extensão de rodovias e ferrovias em funcionamento nos países do BRICS, em alguns países o número de extensão ferroviária é baixo. Como exemplo para se fazer uma comparação é a Argentina, o país possui menos extensão territorial do que o Brasil e enquanto na Argentina há 35 mil quilômetros de extensão ferroviária, no Brasil que é um país com maior extensão territorial, a extensão de ferrovias é de 30 mil quilômetros como pode ser visto na tabela 1.

A logística de transporte esta ligada diretamente a infraestrutura de um país. O Custo Brasil retrata as dificuldades que o país enfrenta nos aspectos burocráticos, econômicos e estruturais. A falta de infraestrutura do país ocasiona produtos nacionais menos competitivos nos mercados externos e até mesmo no interno. No que se refere ao custo logístico, o problema repercute em grandes filas

de caminhões e navios nos portos, altos preços nos fretes, precárias condições das estradas, abandono de ferrovias, raras opções de hidrovias e congestionamento do setor aeroviário. Segundo a Associação Brasileira de Logística (2015) esta situação acaba fazendo com que o custo logístico do Brasil seja mais caro, no Brasil é estimado que 11,6% do PIB são com custos de logística, já nos Estados Unidos esta porcentagem é de 8,7%.

4.1.3 Exportação

Exportação é a saída de bens, produtos ou serviços do país de origem para outros países. KEEDI (2004) conceitua exportar como um ato de enviar a outros países mercadorias que são bens, ou então serviços que foram produzidas em seu próprio ou em terceiros países, que sejam de interesse tanto do exportador quanto do importador e que traga vantagens a ambos a comercialização ou a troca da mercadoria ou serviço. O comércio internacional ocorre através de trocas de mercadorias feitas de um país para outro. Exportação e a Importação é nome dado a este processo, dependendo da negociação internacional.

Tabela 5 – Total de exportação em 2013

Países Desenvolvidos	Milhões de US\$	Países em Desenvolvimento	Milhões de US\$
Estados Unidos	1.578.001,36	China	2.209.007,28
Canadá	456.395,28	Índia	336.611,39
Japão	715.097,24	Rússia	527.265,92
Austrália	252.155,11	Brasil	242.178,05
Nova Zelândia	39.443,58	África do Sul	95.224,78

Fonte: IBGE (2015)

No final dos anos 1990, os países em desenvolvimento tiveram destaque no comércio mundial com crescimento de suas exportações maior que a média global. (AKYÜZ, 2005).

Para demonstrar como a infraestrutura pode influenciar nos custos de exportação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta dados em que o transporte de uma tonelada de soja produzida no norte de Mato Grosso para Xangai, na China, pode chegar a US\$ 180, enquanto o mesmo produto levado de Davenport, nos Estados Unidos, para a mesmo destino chinês custa 108 US\$. O produto brasileiro é mais barato do que o americano, mas devido à deficiência na logística, o mesmo acaba se tornando mais caro. Nos Estados Unidos o custo do transporte corresponde a 19% do valor final do produto, enquanto no Brasil é de 30%.

Pode-se verificar na tabela de exportação, que em alguns países em desenvolvimento o valor da exportação é maior que nos países desenvolvidos, mas isso não quer dizer que o lucro é adequado, pois a infraestrutura dos países desenvolvidos são muito melhores levando a um lucro maior, devido aos custos baixos da logística.

4.1.4 Importação

Importar é o ato inverso de exportar, pode vir a ser de bens como mercadorias enviadas entre países, ou então de serviços, através acessória, consultoria, etc. É a entrada de mercadorias que sejam úteis ao país e para seu desenvolvimento, ou seja, a entrada de bens produzidos no exterior. A importação assim como a exportação também possui a forma direta ou indireta (KEEDI, 2014).

Tabela 6 – Total de Importação países do BRICS em 2013

Países BRICS	Milhões de US\$
China	1.949.992,31
Índia	466.045,57
Rússia	314.945,09
Brasil	239.620,90
África do Sul	103.461,28

Fonte: IBGE (2015)

A falta de infraestrutura em um país, além de limitar as exportações pode limitar também as importações. Dentre os países do Brics, conforme a tabela 8 o Brasil é um dos países com menor volume de importação. Segundo Amorim (2013)

no Brasil devido a fatores como grande burocracia, corrupção, elevadas cargas tributárias, péssima infraestrutura, mão de obra não qualificada e de alto custo dificultam os investimentos das empresas e conseqüentemente reduzem a competição de importação no mercado.

4.1.5 Índice de Competitividade Global

Para ser realizado o Índice de Competitividade Global (GCI) são considerados 12 pilares que são: instituições, infra-estrutura, macroeconomia, saúde e educação básica, educação superior e treinamento, eficiência no mercado de bens, eficiência, no mercado de trabalho, sofisticação do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho do mercado, sofisticação dos negócios e inovação.

Tabela 7 – Índice de Competitividade Global

Países	Raking Global
China	28º
Rússia	53º
África do Sul	56º
Brasil	57º
Índia	71º

Fonte: The Global Competitiveness Report 2014-2015

Como se pode verificar na tabela 9 de índice de competitividade dos países do BRICS não esta entre os melhores do mundo. Segundo o levantamento realizado, a falta de infraestrutura é um dos fatores responsável no declínio destes países no Raking Global. Dentro deste critério os investimentos em logística e transporte no Brasil, caíram da colocação 71º para 76º, ou seja, um dos gargalos é a deficiência de infraestrutura nestes países.

Apesar do Índice de Competitividade Global dos países do BRICS não estarem entrem as melhores do mundo como verificado na Tabela 9, segundo os dados do Banco Mundial (2014) a China, Índia, Rússia e o Brasil estão entre as dez melhores economias do mundo, devido o PIB destes países apresentarem crescimento.

4.2 NOVO BANCO

Os países do BRICS apresentam um lugar em destaque dentro da economia global, representando 43% da população mundial e quase 30% do PIB mundial. Esses dispõem de enormes riquezas naturais, base industrial sólida, recursos humanos qualificados e o maior mercado do mundo. O grupo BRICS está se tornando cada vez mais em um sólido bloco político, econômico e militar a nível mundial.

Tendo em vista estes pontos, os países possuem uma forte influência regional e mundial. Por este motivo o novo banco desenvolvido pode vir a substituir o FMI e o Banco Mundial que são comandados pelos Estados Unidos e o Reino Unido.

Deste modo com a institucionalização dos BRICS, pode ocorrer uma força na constituição de uma nova ordem mundial multipolar e um novo retrato do sistema financeiro internacional.

O NBD é um elemento criado para que os países obtenham recursos e ampliem seus investimentos na área de infraestrutura. Para os países pobres, essa instituição internacional, poderá oferecer recursos para o desenvolvimento destes, podendo vir a ser superior ou diferenciado dos que hoje são oferecidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

O banco poderá ajudar cada país de uma forma diferenciada, pois cada um está em um estágio diferente de desenvolvimento. A China tem um grau de desenvolvimento em infraestrutura elevado aos outros países do BRICS, mas há muito serviço a ser feito. Ainda neste setor, o Brasil sendo um imenso país, necessita de muitas obras, a África do Sul acelerou o desenvolvimento da infraestrutura, com construção de aeroportos, estádios e estradas, mas ainda há uma insuficiência, a Rússia possui problemas nessa área e precisa de melhorias nos próximos anos, já o país indiano há anos vem enfrentando problemas cruciais com a infraestrutura.

Apesar de existirem outras instituições financeiras internacionais, o NDB terá seus projetos focados nos objetivos dos BRICS.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi apresentado o processo de desenvolvimento do grupo BRICS e da nova instituição financeira criada pelos países que o compõem, o chamado Novo Banco de Desenvolvimento.

Dentre os objetivos do estudo estão a caracterização dos países do BRICS, características do Novo Banco de Desenvolvimento, descrição das principais razões da criação desta nova instituição financeira e identificação das principais utilidades aos países signatários do BRICS.

Pode-se observar com o estudo, que os bancos de desenvolvimento possuem algo em comum, são instituições que estão ligadas ao setor político e público, possuem caráter normativo e grande burocracia devido às normas públicas e as leis.

O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS terá seus projetos direcionados para área de infraestrutura não só para os países do BRICS, mas também para outros países em desenvolvimento que precisam financiar seus projetos. As proposições do banco de desenvolvimento têm a importância de garantir desenvolvimento principalmente na infraestrutura.

O capital inicial do banco será de US\$ 50 bilhões que serão repartidos de forma igual entre os membros fundadores. Entretanto, esse valor pode chegar a US\$ 100 bilhões.

Um dos desafios do NBD é garantir que os projetos que serão financiados sejam realmente para promover o desenvolvimento dos países. Outro desafio do banco é evitar que a China tenha maior influência sobre o banco, pois o país chinês possui o PIB maior que os outros membros do BRICS juntos.

Ainda não está definido quando o banco irá começar a funcionar, de acordo com a pesquisa feita no presente estudo isto pode ocorrer em 2016.

Como os países do BRICS possuem uma grande influência no PIB mundial e uma grande população, o novo banco pode vir a substituir o FMI e o Banco Mundial.

Os interesses de outras nações em relação a investimentos e contatos comerciais com os membros do grupo devem aumentar, devido à importância que o grupo está tendo, porém, é preciso ter cautela em relação às expectativas, pois o

banco é uma instituição que provavelmente terá uma demora em seu total funcionamento.

Por fim, cabe destacar que o estudo cumpriu com as proposições do desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, cabendo financiar projetos de infraestrutura para o desenvolvimento de países.

REFERENCIAS

ABRALOG. Associação Brasileira de Logística. Notícias: **Eficiência Logística, tema da CNL.** Disponível em: <<http://www.abralog.org.br/website/noticia/show.asp?pgpCode=7528537A-541C-5BF4-E4F1-854287D5CDC1>>. Acessado em: 26 de abr. de 2015.

AMORIM, Ricardo. Por que pagamos mais caro no Brasil? **Disponível em:** <http://ricamconsultoria.com.br/news/artigos/palestra_brasil_caro>. **Acessado em: 01 de mai. de 2015.**

AKYÜZ, Yilmaz. Impasses do desenvolvimento. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 72, p. 41-56, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000200003&script=sci_arttext>. Acessado em 30 de abr. de 2015.

BAER, Werner. **Economia brasileira.** NBL Editora, 1996.

BCB. Banco Central do Brasil. **Bancos de Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bd.asp>>. Acessado em: 21 de mar. de 2015.

BCB. Banco Central do Brasil. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BACENFAQ>>. Acessado em: 21 de mar. de 2015.

BCB. Banco Central do Brasil. **Organização.** Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/about/leadership>>. Acessado em: 21 de mar. de 2015.

BCB. Banco Central do Brasil. **Bancos Comerciais.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bc.asp>>. Acessado em: 13 de mar. de 2015.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Sobre o BID.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento,5995.html>>. Acessado em: 08 de mar. de 2015.

BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. **A Empresa.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/>. Acessado em 23 de mar. de 2015.

BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. **Clientes.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/clientes.html>. Acessado em: 23 de mar. de 2015.

BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. **Recursos de Fundos.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/>. Acessado em: 23 de mar. de 2015.

BRASIL, Escola. **Geografia: Nova Ordem Mundial.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/nova-ordem-mundial.htm>>. Acessado em: 25 de mar. de 2015.

BRITO, Paulo. Economia Brasileira. **Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas**, 2005.

BARAT, Josef. **Logística, transporte e desenvolvimento econômico.** Editora CLA, 2007.

CARLETTI, Anna. **A China, os BRICS e os países em desenvolvimento.** Carta Internacional, v. 8, n. 2, p. 20-37, 2013. Disponível em: <<http://www.cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/107>>. Acessado em: 10 de set. de 2014.

Carlos Márcio B. Cozendey. **Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil – Brasília: FUNAG, 2013. 181 p.**

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CIA. Central Intelligence Agency. **Publicações.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sf.html>>. Acessado em 05 de mai. de 2015.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. **De Nova York a Durban: o processo de institucionalização do BRICS.** OIKOS (Rio de Janeiro), v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/321>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica.** 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.net/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acessado em: 28 de abr. de 2015.

EBC, Portal. **Internacional: Economia chinesa poderá continuar a crescer 7,7% em 2014.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-02/economia-chinesa-podera-continuar-crescer-77-em-2014>>. Acessado em: 27 abr. de 2015.

EDWARDS, L.; LAWRENCE, R. Z. South African trade policy matters: trade performance and trade policy. Nov. 2006. (NBER Working Paper Series, n. 12760).

FAZENDA. Ministério da. **BRICS CRIAM UM NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO.** Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2014-1/julho/brics-criam-novo-banco-de-desenvolvimento>>. Acessado em 21 de mar. de 2015.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. **Liberalização Financeira e Performance Econômica: a experiência recente dos BRIC**. XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória. ANAIS DO XI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2006. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bric.pdf>>. Acessado em 18 de abr de 2015.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. Regime cambial, conversibilidade da conta de capital e performance econômica: a experiência recente de Brasil, Rússia, Índia e China. **câmbio e controles de capitais**, 2006. Disponível em: < <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/regime-cambial-conversibilidade-da-conta-de-capital-e-performance-economica.pdf>>. Acessado em 11 de abr. de 2015.

FERRAZ, João Carlos; ALÉM, Ana Claudia; MADEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 40, p. 5-42, 2013. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev4001.pdf>. Acessado em 24 de mar. de 2015.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **Empréstimos do FMI**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/howlendp.pdf>>. Acessado em: 10 de mar. de 2011.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **Nosso Trabalho**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/about/econsurv.htm>>. Acessado em: 10 de mar. de 2015.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **O FMI em síntese**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/glancep.pdf>>. Acessado em 09 de mar. de 2013.

FORUM. World Economic. **The Global Competitiveness Index 2014-2014**. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/img/WEF_GCR2014-15_Brics_Image.png>. Acessado em: 25 de abr. de 2015.

GARCIA, Ana E. Saggiolo. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. 2012. 413f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www.fisyp.org.ar/media/uploads/0812659_2012_completa.pdf>. Acessado em: 12 de abr. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados: Países**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acessado em: 24 de out. de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **BRICS Joint Statistical Publications: 2014 BRICS Joint Statistical Publication**. Disponível em: <

http://www.brics.ibge.gov.br/downloads/BRICS_Joint_Statistical_Publication_2014.pdf. Acessado em: 23 de abr. de 2015.

ITAMARATY. Ministérios das Relações Exteriores. **VI Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza.** Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5704:vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280. Acessado em 15 de abr. de 2015.

ITAMARATY. Ministérios das Relações Exteriores. **MECANISMOS INTER-REGIONAIS.** BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR. Acessado em: 10 de abr. de 2015.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior:** abrindo as primeiras páginas. 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

KEEDI, Samir. **Logística de Transporte Internacional.** São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LIMA, Marcos Costa. Índia: avanços, problemas e perspectivas. In: **Texto apresentado na Conferência sobre a Índia. Fundação Alexandre Gusmão, Rio de Janeiro.** 2008. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201207251212250.%C3%8Dn-dia-avan%C3%A7os,%20problemas%20e%20perspectivas%20-%20Marcos%20Costa%20Lima.pdf>. Acessado em 07 de abr de 2015.

MARTINS, Marco. **Os BRICS no sistema internacional contemporâneo.** 2012. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8088>. Acessado em 28 de mar. de 2015.

MUNDIAL. Banco. **Brasil:** Aspectos Gerais. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#2>. Acessado em 12 de abr. de 2015.

NASSIF, A. A economia indiana no período 1950-2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil? Rio de Janeiro: BNDES, jan. 2006. (Texto para Discussão, n. 107).

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 201-218, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000200002&script=sci_arttext&tlng=es. Acessado em: 09 de abr de 2015.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia:** introdução ao direito econômico. 2. Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

OLIVEIRA, Everardo Angelo Jose. **METODOLOGIA PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA.** Montes Claros/MG Janeiro/2012. Disponível em: <http://www.der.mg.gov.br/images/TrabalhosAcademicos/everardo.pdf>. Acessado em 25 de abr. de 2015.

OLIVEIRA, Giuliano Contento. O estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia**, v. 34, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/viewArticle/7976>>. Acessado em: 20 de mar. de 2015.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

PEREIRA, Analúcia Danilvicz. A ÁFRICA DO SUL E OS BRICS: UMA NOVA BALANÇA DE PODER MUNDIAL? Rio Grande do Sul: UFRGS, 2014. Disponível em: <http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407354185_ARQUIVO_AFRICADOSUL_BRICS.pdf>. Acessado em: 13 de mar. de 2015.

PIMENTEL, José Vicente de Sá; RICUPERO, Rubens; AMARAL, Sérgio. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1032_Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf>. Acessado em: 10 de abr. de 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatórios de Desenvolvimento Humano: Ranking IDH Global 2013** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acessado em 25 de abr. de 2015.

RAMOS, Leonardo; PARREIRAS, Pedro Henrique Schneider. **AV CUPULA DO BRICS (DURBAN, 2013): COALIZÃO OU ARRANJO COOPERATIVO?** Conjuntura Austral, v. 4, n. 20, p. 115-127, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2003.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. **BRICS: surgimento e evolução**. Fundação Alexandre de Gusmão, ed., O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012), p. 31-49, 2012. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf#page=31>>. Acessado em: 27 de ago. de 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583 p.

SEBRAE. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/comunidades/bid-banco-interamericano-para-o-desenvolvimento/>>. Acessado em: 11 de mar. de 2015.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Economia Política de Petróleo e Gás: a experiência russa**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010. Disponível em: <<http://www.econstor.eu/handle/10419/90985>>. Acessado em 15 de set de 2014.

STEPHANOU, Michelle C. **Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil.** Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/38>>.

Acessado em 21 de mar 2015.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico:** um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001. 288 p.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 18, n. 3, p. 37, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n3/v18n3a04.pdf>>. Acessado em 10 de out de 2014.

VIEIRA, Flávio Vilela. China: Crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, p. 401-424, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000300005&script=sci_arttext>. Acessado em: 05 de set. de 2014.

VESENTINI, José William. **A nova ordem mundial.** 6ª Edição editora ática. 2000.

WORLD ECONOMIC FÓRUM. **History.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/history>>. Acessado em: 27 de abr. de 2015.

WORLD ECONOMIC FÓRUM. **World Competitiveness Report. Davos:** World Economic Forum, 2015. Disponível em: <<http://www.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2014-2015>>. Acessado em: 27 de abr. de 2015.

ANEXO(S)

Anexo A – Declaração da IV Cúpula do BRICS

IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza

1. Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul, reunimo-nos em Fortaleza, Brasil, em 15 de julho de 2014 na VI Cúpula do BRICS. Para inaugurar o segundo ciclo de Cúpulas do BRICS, o tema escolhido para as nossas discussões foi “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”, condizente com as políticas macroeconômicas e sociais inclusivas implementadas pelos nossos governos e com o imperativo de enfrentar desafios à humanidade postos pela necessidade de se alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação.
2. Na sequência do primeiro ciclo de cinco Cúpulas, sediadas por cada membro do BRICS, nossa coordenação encontra-se assentada em diversas iniciativas multilaterais e plurilaterais e a cooperação intra-BRICS se expande para contemplar novas áreas. Nossas visões compartilhadas e nosso compromisso com o direito internacional e com o multilateralismo, com as Nações Unidas como seu centro e fundamento, são amplamente reconhecidas e constituem importante contribuição para a paz mundial, a estabilidade econômica, a inclusão social, a igualdade, o desenvolvimento sustentável e a cooperação mutuamente benéfica com todos os países.
3. Renovamos nossa disposição para o crescente engajamento com outros países, em particular países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado, assim como com organizações internacionais e regionais, com vistas a fomentar a cooperação e a solidariedade em nossas relações com todas as nações e povos. Para tanto, realizaremos uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, sob o tema da VI Cúpula do BRICS, com o intuito de aprofundar a cooperação entre os BRICS e a América do Sul. Reafirmamos nosso apoio aos processos de integração da América do Sul e reconhecemos, sobretudo, a importância da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na promoção da paz e da democracia na região, e na consecução do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Acreditamos que o diálogo fortalecido entre os BRICS e os países da América do Sul pode desempenhar papel ativo no fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional, para a promoção da paz, segurança, progresso econômico e social e desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado crescentemente complexo e interdependente.
4. Desde a sua criação, o BRICS se guia pelos objetivos abrangentes de paz, segurança, desenvolvimento e cooperação. Nesse novo ciclo, conquanto nos mantenhamos comprometidos com esses objetivos, comprometemo-nos a aprofundar nossa parceria com visão renovada, com base na abertura, inclusão e cooperação mutuamente benéfica. Nesse sentido, estamos prontos para explorar novas áreas em direção a uma cooperação abrangente e a uma parceria econômica mais próxima, com vistas a facilitar interconexões de mercado, integração financeira, conectividade em infraestrutura, bem como contatos entre pessoas.
5. A VI Cúpula ocorre em momento crucial, à medida que a comunidade internacional avalia como enfrentar os desafios em matéria de recuperação econômica sólida após as crises financeiras globais e de desenvolvimento sustentável, incluindo mudanças do clima, enquanto também elabora a Agenda de Desenvolvimento pós-2015. Ao mesmo tempo, somos confrontados com instabilidade política incessante e conflitos em diversas zonas conflagradas em todo o globo e ameaças emergentes não convencionais. Por outro lado, estruturas de governança internacional concebidas em uma configuração de poder distinta demonstram sinais crescentemente evidentes de perda de legitimidade e eficácia, ao passo que arranjos transitórios e ad hoc se tornam cada vez mais frequentes, muitas vezes à custa do multilateralismo. Acreditamos que o BRICS é uma importante força para mudanças e reformas incrementais das atuais instituições em direção à governança mais representativa e equitativa, capaz de gerar crescimento global mais inclusivo e de proporcionar um mundo estável, pacífico e próspero.

6. Durante o primeiro ciclo de Cúpulas do BRICS, nossas economias consolidaram coletivamente suas posições como os principais motores para a manutenção do ritmo da economia internacional que se recupera da recente crise econômica e financeira mundial. O BRICS continua a contribuir significativamente para o crescimento global e para a redução da pobreza em seus próprios países e em outros. Nosso crescimento econômico e nossas políticas de inclusão social ajudaram a estabilizar a economia global, fomentar a criação de empregos, reduzir a pobreza, e combater a desigualdade, contribuindo, assim, para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse novo ciclo, além de sua contribuição para o estímulo de crescimento forte, sustentável e equilibrado, o BRICS continuará exercendo papel significativo na promoção do desenvolvimento social e contribuirá para a definição da agenda internacional nessa área, baseando-se em sua experiência na busca de soluções para os desafios da pobreza e da desigualdade.

7. Para melhor refletir o avanço das políticas sociais dos BRICS e os impactos positivos de seu crescimento econômico, instruímos nossos Institutos Nacionais de Estatísticas e Ministérios da Saúde e da Educação a trabalhar no desenvolvimento de metodologias conjuntas para indicadores sociais a serem incorporadas na Publicação Estatística Conjunta do BRICS. Encorajamos igualmente o Conselho de Think Tanks do BRICS (BTTC) a prestar apoio técnico nessa tarefa. Solicitamos, ademais, aos Institutos Nacionais de Estatísticas dos BRICS que discutam a viabilidade e a factibilidade de uma plataforma para o desenvolvimento de tais metodologias e apresentem relatório sobre o tema.

8. A economia mundial se fortaleceu, com sinais de melhora em algumas economias avançadas. Permanecem, no entanto, riscos significativos de desaceleração dessa recuperação. Os níveis de desemprego e de endividamento estão preocupantemente altos e o crescimento segue fraco em muitas economias avançadas. Economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento continuam a contribuir de forma significativa para o crescimento global e irão fazê-lo nos próximos anos. Mesmo que a economia global se fortaleça, decisões de política monetária em algumas economias avançadas podem causar estresse e volatilidade renovados para os mercados financeiros, e mudanças em política monetária precisam ser cuidadosamente calibradas e claramente comunicadas, a fim de minimizar repercussões negativas.

9. Estruturas macroeconômicas fortes, mercados financeiros bem regulados e níveis robustos de reservas têm permitido que economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento em geral, e os BRICS em particular, lidem melhor com os riscos e alastramentos decorrentes das condições econômicas desafiadoras dos últimos anos. No entanto, a continuidade da coordenação macroeconômica entre todas as principais economias, em particular no G20, permanece fator crítico para o fortalecimento de perspectivas para uma recuperação mundial vigorosa e sustentável. Nesse contexto, reafirmamos nosso firme compromisso de continuar a trabalhar entre nós e com a comunidade global para fomentar a estabilidade financeira e apoiar o crescimento sustentável, mais forte e inclusivo e gerar empregos de qualidade. O BRICS está preparado para contribuir com o objetivo do G20 de elevar nosso PIB coletivo em mais de 2% acima das trajetórias sugeridas pelas políticas atuais nos próximos cinco anos.

10. Louvamos a Rússia pelo trabalho exitoso durante a Presidência do G20 em 2013. A instituição das Cúpulas do BRICS coincidiu amplamente com o início da crise mundial, com as primeiras Cúpulas do G20 e com a consolidação daquele Grupo como o foro primário para coordenação econômica entre seus membros. Com o início de nova rodada de Cúpulas do BRICS, mantemo-nos comprometidos em oferecer respostas construtivas para os desafios econômicos e financeiros mundiais e em servir como uma voz firme para a promoção de desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo, estabilidade financeira e governança econômica internacional mais representativa. Continuaremos a dar continuidade à nossa frutífera coordenação e a promover nossos objetivos de desenvolvimento dentro do sistema econômico e da arquitetura financeira internacionais.

11. Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativas para lidar com lacunas de infraestrutura e

necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças. Com fundamento em princípios bancários sólidos, o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementarará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado.

12. O Banco terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será do Brasil. O primeiro Presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede. Instruímos nossos Ministros das Finanças a definir as modalidades para sua operacionalização.

13. Temos satisfação em anunciar a assinatura do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS com a dimensão inicial de US\$ 100 bilhões. Esse arranjo terá efeito positivo em termos de precaução, ajudará países a contrapor-se a pressões por liquidez de curto prazo, promoverá maior cooperação entre os BRICS, fortalecerá a rede de segurança financeira mundial e complementarará arranjos internacionais existentes. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças e Presidentes de Banco Central. O Acordo é um marco para a prestação de liquidez por meio de swaps de divisas em resposta a pressões de curto prazo reais ou potenciais sobre o balanço de pagamentos.

14. Saudamos também a assinatura do Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações dos BRICS, que aperfeiçoará o ambiente de apoio para o aumento das oportunidades comerciais entre nossas nações.

15. Manifestamos apreço pelo progresso que nossos Bancos de Desenvolvimento têm feito em ampliar e fortalecer os vínculos financeiros entre os países do BRICS. Dada a importância da adoção de iniciativas inovadoras, saudamos a conclusão do Acordo de Cooperação em Inovação no âmbito do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS.

16. Reconhecemos o potencial existente no mercado de seguros e resseguros de congregar capacitações. Instruímos nossas autoridades competentes a explorar vias de cooperação nesse sentido.

17. Acreditamos que o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico serão facilitados pela tributação dos rendimentos gerados nas jurisdições onde a atividade econômica transcorre. Manifestamos nossa preocupação com o impacto negativo da evasão tributária, fraude transnacional e planejamento tributário agressivo na economia global. Estamos cientes dos desafios criados pelo planejamento tributário agressivo e práticas de não cumprimento de normas. Afirmamos, portanto, nosso compromisso em dar continuidade a um enfoque cooperativo nas questões relacionadas à administração tributária e aprimorar a cooperação nos foros internacionais devotados à questão da erosão da base tributária e intercâmbio de informação para efeitos tributários. Instruímos também nossas autoridades competentes a explorar formas de reforçar a cooperação na área aduaneira.

18. Continuamos desapontados e seriamente preocupados com a presente não implementação das reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, o que impacta negativamente na legitimidade, na credibilidade e na eficácia do Fundo. O processo de reforma do FMI é baseado em compromissos de alto nível, que já reforçaram os recursos do Fundo e devem também levar à modernização de sua estrutura de governança, de modo a refletir melhor o peso crescente das economias emergentes de mercado e países em desenvolvimento na economia mundial. O Fundo deve continuar a ser uma instituição baseada

em quotas. Conclamamos os membros do FMI a encontrar maneiras de implementar a 14ª Revisão Geral de Quotas, sem maiores atrasos. Reiteramos nosso apelo ao FMI para formular opções para avançar seu processo de reforma, com vistas a garantir maior voz e representação das economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, caso as reformas de 2010 não entrem em vigor até o final do ano. Conclamamos igualmente os membros do FMI a alcançar um acordo final sobre uma nova fórmula de quotas em conjunto com a 15ª Revisão Geral de Quotas, de modo a não comprometer ainda mais a já adiada data-limite de janeiro de 2015.

19. Saudamos os objetivos estabelecidos pelo Grupo Banco Mundial de auxiliar países a acabar com a pobreza extrema e de promover a prosperidade compartilhada. Reconhecemos o potencial dessa nova estratégia em apoio à concretização desses ambiciosos objetivos pela comunidade internacional. Entretanto, esse potencial somente será realizado se a instituição e seus membros caminharem efetivamente em direção a estruturas de governança mais democráticas, fortalecerem a capacidade financeira do Banco e explorarem maneiras inovadoras de ampliar o financiamento para o desenvolvimento e o compartilhamento de conhecimento, enquanto buscam firme orientação voltada aos clientes que reconheça as necessidades de desenvolvimento de cada país. Esperamos que o início dos trabalhos de revisão acionária do Banco Mundial ocorra assim que possível, de modo a cumprir o prazo acordado de outubro de 2015. Nesse sentido, advogamos uma arquitetura financeira internacional que conduza à superação de desafios em matéria de desenvolvimento. Temos sido muito ativos na melhoria da arquitetura financeira mundial por meio de nossa coordenação multilateral e de nossas iniciativas de cooperação financeira, que, de maneira complementar, aumentarão a diversidade e a disponibilidade de recursos para promover o desenvolvimento e para garantir a estabilidade da economia global.

20. Estamos comprometidos em elevar nossa cooperação econômica a um novo patamar qualitativo. Com esse objetivo, enfatizamos a importância de se estabelecer um roteiro para a cooperação econômica intra-BRICS. A esse respeito, saudamos as propostas de "Estratégia de Cooperação Econômica do BRICS" e de "Marco do BRICS de Parceria Econômica Mais Próxima", que formulam medidas para promover a cooperação econômica, comercial e de investimentos intra-BRICS. Com base nos documentos apresentados e em insumos do Conselho de Think Tanks do BRICS, instruímos nossos Sherpas a avançar nas discussões com vistas a submeter sua proposta para endosso até a próxima Cúpula do BRICS.

21. Acreditamos que todos os países devem desfrutar de seus devidos direitos, igualdade de oportunidades e participação justa nos assuntos econômicos, financeiros e comerciais globais, reconhecendo que os países possuem diferentes capacidades e se encontram em níveis diferenciados de desenvolvimento. Empenhamo-nos por uma economia mundial aberta com alocação eficiente de recursos, fluxo livre de mercadorias e concorrência leal e ordenada para o benefício de todos. Ao reafirmar nosso apoio a um sistema comercial multilateral aberto, inclusivo, não discriminatório, transparente e baseado em regras, daremos seguimento a nossos esforços para a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), na sequência dos resultados positivos da IX Conferência Ministerial (MC9), realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013. Nesse contexto, reafirmamos nosso compromisso de estabelecer, até o final deste ano, um programa de trabalho pós-Bali para a conclusão da Rodada Doha, com base no progresso já alcançado e conforme o mandato estabelecido na Agenda de Desenvolvimento de Doha. Afirmamos que esse programa de trabalho deverá priorizar questões em que resultados juridicamente vinculantes não puderam ser alcançados na MC9, incluindo Estoques Públicos para Fins de Segurança Alimentar. Manifestamos expectativa quanto à implementação do Acordo sobre Facilitação do Comércio. Conclamamos os parceiros internacionais a apoiar os membros mais pobres e vulneráveis da OMC, de modo a permitir-lhes implementar o referido Acordo, que deverá apoiar seus objetivos de desenvolvimento. Apoiamos firmemente o sistema de solução de controvérsias da OMC como pedra angular da segurança e previsibilidade do sistema multilateral de comércio e ampliaremos nosso atual diálogo sobre questões substantivas e práticas a ele relacionadas, incluindo as negociações em curso sobre a reforma do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC. Reconhecemos a importância dos Acordos Comerciais Regionais, que devem complementar o sistema

multilateral de comércio, e que devem ser mantidos abertos, inclusivos e transparentes, bem como abster-se de introduzir cláusulas e padrões exclusivos e discriminatórios.

22. Reafirmamos o mandato da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) como ponto focal no sistema das Nações Unidas dedicado a tratar de questões interrelacionadas de comércio, investimento, finanças e tecnologia a partir da perspectiva do desenvolvimento. O mandato e o trabalho da UNCTAD são únicos e necessários para lidar com os desafios de desenvolvimento e crescimento em uma economia global cada vez mais interdependente. Ao saudar a UNCTAD pelo 50º aniversário de sua fundação, em 2014, que é igualmente o aniversário do estabelecimento do Grupo dos 77, reafirmamos, ainda, a importância de fortalecer a capacidade da UNCTAD de concretizar seus programas de construção de consensos, diálogo sobre políticas, pesquisa, cooperação técnica e formação de capacidades, de modo a estar mais bem equipada para realizar seu mandato de desenvolvimento.

23. Reconhecemos o importante papel que Empresas Estatais desempenham na economia e encorajamos nossas Estatais a continuar a explorar vias de cooperação, intercâmbio de informações e melhores práticas. Reconhecemos igualmente o papel fundamental desempenhado por pequenas e médias empresas na economia de nossos países como importantes geradoras de emprego e riqueza. Ampliaremos a cooperação e reconhecemos a necessidade de se fortalecer o diálogo intra-BRICS para promover intercâmbio e cooperação internacionais e para fomentar inovação, pesquisa e desenvolvimento.

24. Ressaltamos que 2015 marca o 70º aniversário da fundação das Nações Unidas e do fim da Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, apoiamos as Nações Unidas a iniciar e organizar eventos comemorativos para marcar e homenagear esses dois momentos históricos na história da humanidade, e reafirmamos nosso compromisso de salvaguardar uma ordem internacional justa e equitativa com base na Carta das Nações Unidas, preservando a paz e a segurança mundiais, bem como promovendo o progresso e o desenvolvimento humanos.

25. Reiteramos nosso firme compromisso com as Nações Unidas como a organização multilateral fundamental, incumbida de ajudar a comunidade internacional a preservar a paz e a segurança internacionais, a proteger e promover os direitos humanos e a fomentar o desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas desfrutam de composição universal e estão no centro da governança e do multilateralismo globais. Recordamos o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005. Reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficaz e eficiente, de modo que possa responder adequadamente a desafios globais. China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao status e papel de Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais e apoiam sua aspiração de desempenhar um papel maior nas Nações Unidas.

26. Recordamos que desenvolvimento e segurança são estreitamente interligados, se reforçam mutuamente e são centrais para o alcance da paz sustentável. Reiteramos nossa visão de que o estabelecimento da paz sustentável requer enfoque abrangente, concertado e determinado, baseado em confiança recíproca, benefício mútuo, equidade e cooperação, que enfrente as causas profundas dos conflitos, incluindo suas dimensões política, econômica e social. Nesse contexto, salientamos igualmente a estreita inter-relação entre manutenção da paz e consolidação da paz. Destacamos também a importância de integrar perspectivas de gênero na prevenção e resolução de conflitos, na manutenção da paz, na consolidação da paz e em esforços de reabilitação e de reconstrução.

27. Daremos seguimento aos nossos esforços conjuntos em coordenar posições e em atuar sobre interesses compartilhados pela paz mundial e em questões de segurança, tendo em vista o bem-estar comum da humanidade. Enfatizamos nosso compromisso com a solução sustentável e pacífica de conflitos, conforme os princípios e objetivos da Carta da ONU. Condenamos intervenções militares unilaterais e sanções econômicas em violação ao direito internacional e normas universalmente reconhecidas das relações internacionais. Tendo isso presente, enfatizamos a singular importância da

natureza indivisível da segurança e que nenhum Estado deve fortalecer sua segurança em detrimento da segurança dos demais.

28. Acordamos em continuar a tratar todos os direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento, de maneira justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Fomentaremos o diálogo e a cooperação com base na igualdade e no respeito mútuo no campo dos direitos humanos, tanto no BRICS quanto em foros multilaterais – incluindo o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, do qual todos os BRICS participam como membros em 2014 –, levando em conta a necessidade de promover, proteger e realizar os direitos humanos de maneira não seletiva, não politizada e construtiva, e sem critérios duplos.

29. Louvamos os esforços feitos pelas Nações Unidas, União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outros, em apoiar a realização de eleições legislativas e presidencial na Guiné-Bissau, pavimentando o caminho para o retorno à democracia constitucional no país. Reconhecemos a importância de se promover a estabilidade política de longo prazo na Guiné-Bissau, o que abrange necessariamente medidas para reduzir a insegurança alimentar e para avançar a reforma abrangente do setor de segurança, conforme proposto pela Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas. Da mesma forma, saudamos também os esforços das Nações Unidas, da UA e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em apoiar as eleições legislativas e presidencial em Madagascar, auxiliando no retorno da democracia constitucional no país.

30. Louvamos os esforços da comunidade internacional no enfrentamento da instabilidade na África por meio do engajamento com e da coordenação da UA e de seu Conselho de Paz e Segurança. Expressamos nossa profunda preocupação com a deterioração da segurança e da situação humanitária na África Ocidental. Conclamamos todas as partes envolvidas nesses conflitos a cessar hostilidades, exercer moderação e se engajar em diálogo para garantir o retorno da paz e da estabilidade. Entretanto, notamos, igualmente, o progresso que tem sido feito em áreas da região para enfrentar desafios políticos e de segurança.

31. Expressamos igualmente nossa preocupação com a situação das mulheres e crianças de Chibok sequestradas e clamamos pelo fim dos contínuos atos de terrorismo perpetrados pelo Boko Haram.

32. Apoiamos os esforços da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) em sua tarefa de auxiliar o Governo do Mali a estabilizar completamente o país, facilitar o diálogo político nacional, proteger civis, monitorar a situação dos direitos humanos, criar condições para a prestação de assistência humanitária e para o regresso de deslocados internos e refugiados, e estender a autoridade estatal em todo o país. Enfatizamos a importância de um processo político inclusivo; da imediata implementação de processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); e do desenvolvimento político, econômico e social, de maneira que o Mali alcance paz e estabilidade sustentáveis.

33. Expressamos nossa preocupação com as continuadas crises política e humanitária no Sudão do Sul. Condenamos a continuação da violência contra civis e conclamamos a todas as partes a garantir ambiente seguro para a entrega da assistência humanitária. Condenamos igualmente a continuação dos confrontos, apesar dos compromissos sucessivos para a cessação das hostilidades e expressamos nossa convicção de que uma solução sustentável para a crise somente será possível por meio de diálogo político inclusivo voltado para a reconciliação nacional. Apoiamos, nesse sentido, os esforços regionais para encontrar solução pacífica para a crise, especialmente o processo de mediação liderado pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Saudamos o "Acordo para a Resolução da Crise no Sudão do Sul", assinado em 9 de maio, e esperamos que os líderes políticos do Sudão do Sul permaneçam comprometidos com o processo negociador e com a conclusão do diálogo sobre a formação de governo transitório de unidade nacional dentro de 60 dias, conforme anunciado pela IGAD em 10 de junho. Louvamos os esforços da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul em cumprir seu mandato e

expressamos nossa profunda preocupação com os ataques armados direcionados contra as bases das Nações Unidas no país.

34. Reiteramos nossa profunda preocupação com a situação na República Centro-Africana (RCA). Condenamos fortemente os abusos e atos de violência contra a população civil, incluindo a violência sectária, e exortamos todos os grupos armados a cessar hostilidades imediatamente. Reconhecemos os esforços da Comunidade Econômica dos Estados da África Central e da UA em restaurar a paz e a estabilidade no país. Louvamos o estabelecimento da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na RCA (MINUSCA). Expressamos nosso apoio para uma transição exitosa da Missão Internacional de Apoio à RCA (MISCA), de liderança africana, para a MINUSCA até 15 de setembro de 2014. Exortamos as autoridades de transição na RCA a aderir estritamente ao Roteiro de N'Djamena. Conclamamos todas as partes a permitir o acesso humanitário seguro e desimpedido àqueles em necessidade. Reafirmamos nossa prontidão para trabalhar com a comunidade internacional no auxílio à RCA em acelerar a implementação do processo político no país.

35. Apoiamos os esforços das Nações Unidas, em particular a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), desdobrada sob a resolução 2098 do Conselho de Segurança, e as organizações regionais e sub-regionais para trazer a paz e a estabilidade à República Democrática do Congo (RDC), e conclamamos todos os envolvidos a honrar suas obrigações, de maneira a alcançar paz e estabilidade duradouras na RDC.

36. Saudamos a decisão da Cúpula da UA em Malabo de estabelecer uma Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises (ACIRC) interina, em outubro de 2014, para responder rapidamente a situações de crise à medida que surjam. Ressaltamos a importância de apoio adequado para garantir a operacionalização oportuna da ACIRC, aguardando a criação definitiva das Forças de Reserva Africanas.

37. Expressamos profunda preocupação com a violência em curso e com a deterioração da situação humanitária na Síria e condenamos o aumento das violações dos direitos humanos por todas as partes. Reiteramos nossa visão de que não há solução militar para o conflito e destacamos a necessidade de evitar a sua maior militarização. Conclamamos todas as partes a se comprometer imediatamente com um completo cessar-fogo, deter a violência e permitir e facilitar acesso imediato, seguro, pleno e irrestrito para as organizações e agências humanitárias, em conformidade com a resolução 2139 do Conselho de Segurança da ONU. Reconhecemos as medidas práticas tomadas pelas partes sírias na implementação de suas exigências, incluindo a prática de acordos locais de cessar-fogo alcançados entre as autoridades sírias e as forças da oposição.

Reiteramos nossa condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações, onde quer que ocorra. Estamos seriamente preocupados com a contínua ameaça do terrorismo e extremismo na Síria. Conclamamos todas as partes sírias a se empenharem em pôr fim aos atos terroristas perpetrados pela Al-Qaeda, suas afiliadas e outras organizações terroristas.

Condenamos fortemente o uso de armas químicas em quaisquer circunstâncias. Saudamos a decisão da República Árabe da Síria de aderir à Convenção sobre Armas Químicas. De acordo com decisões pertinentes do Conselho Executivo da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) e a resolução 2118 do Conselho de Segurança da ONU, reiteramos a importância da completa remoção e eliminação das armas químicas da Síria. Louvamos o progresso nesse âmbito e saudamos o anúncio de que a remoção de produtos químicos declarados da República Árabe da Síria foi concluída. Conclamamos todas as partes sírias e atores externos interessados com capacidades relevantes a trabalhar em conjunto e com a OPAQ e as Nações Unidas para organizar a segurança da missão de monitoramento e destruição em sua fase final.

Apoiamos o papel de mediação desempenhado pelas Nações Unidas. Agradecemos a contribuição feita pelo ex-Representante Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes, Lakhdar Brahimi, e saudamos a nomeação de Staffan De Mistura como Enviado Especial das Nações Unidas para a Síria, e expressamos nossa esperança de que seus esforços ativos promovam uma rápida retomada de negociações abrangentes. Recordamos que o diálogo nacional e a reconciliação são centrais para a

solução política para a crise síria. Tomamos nota da recente eleição presidencial síria. Ressaltamos que apenas um processo político inclusivo, liderado pelos sírios, conforme recomendado no Comunicado Final de 2012 do Grupo de Ação sobre a Síria, conduzirá à paz, à proteção efetiva de civis, à realização das legítimas aspirações da sociedade síria por liberdade e prosperidade e ao respeito pela independência, integridade territorial e soberania sírias. Ressaltamos que um processo de reconciliação nacional deve ser lançado o mais cedo possível, no interesse da unidade nacional da Síria. Para esse fim, instamos a todas as partes na Síria a demonstrar vontade política, reforçar a compreensão mútua, demonstrar moderação e se comprometer a buscar denominador comum para acomodar suas diferenças.

38. Reafirmamos o nosso compromisso de contribuir para uma solução abrangente, justa e duradoura do conflito árabe-israelense, com base no marco jurídico internacional universalmente reconhecido, incluindo resoluções relevantes das Nações Unidas, os Princípios de Madrid e a Iniciativa de Paz Árabe. Acreditamos que a resolução do conflito israelo-palestino é um componente fundamental para a construção de paz duradoura no Oriente Médio. Conclamamos Israel e Palestina a retomar as negociações conducentes a uma solução de dois Estados, com um Estado palestino contíguo e economicamente viável, existindo lado a lado e em paz com Israel, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e reconhecidas internacionalmente com base nas linhas de 4 de junho de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital. Opomo-nos à continuada construção e à expansão dos assentamentos nos Territórios Palestinos Ocupados pelo Governo israelense, que violam o direito internacional, solapam gravemente os esforços de paz e ameaçam a viabilidade da solução de dois Estados. Saudamos os recentes esforços pela unidade intra-palestina, inclusive a formação de um governo de unidade nacional e os passos em direção à realização de eleições gerais, elemento-chave para consolidar um Estado palestino democrático e sustentável, e conclamamos as partes a se comprometerem totalmente com as obrigações assumidas pela Palestina. Conclamamos o Conselho de Segurança da ONU a exercer plenamente suas funções nos termos da Carta das Nações Unidas no que diz respeito ao conflito israelo-palestino.

Recordamos com satisfação a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de proclamar 2014 Ano Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, saudamos os esforços da UNRWA em prestar assistência e proteção a refugiados palestinos e encorajamos a comunidade internacional a continuar a apoiar as atividades da agência.

39. Expressamos nosso apoio para a convocação, o mais rapidamente possível, da Conferência sobre o estabelecimento de uma zona no Oriente Médio livre de armas nucleares e de todas as outras armas de destruição em massa. Conclamamos todos os Estados da região a comparecer à Conferência e a se engajar construtivamente e de maneira pragmática, com vistas a avançar esse objetivo.

40. Tomando nota das consultas abertas sobre um projeto de Código Internacional de Conduta para as Atividades no Espaço Exterior, e o engajamento ativo e construtivo de nossos países nessas consultas, clamamos por uma negociação multilateral inclusiva e baseada no consenso, a ser conduzida no âmbito das Nações Unidas sem prazos específicos, a fim de alcançar um resultado equilibrado que atenda às necessidades e reflita as preocupações de todos os participantes. Reafirmando nossa vontade de que a exploração e o uso do espaço exterior devem ser para fins pacíficos, ressaltamos que as negociações para a conclusão de um acordo ou de acordos internacionais para evitar uma corrida armamentista no espaço exterior continuam a ser uma tarefa prioritária da Conferência do Desarmamento, e saudamos a apresentação pela China e pela Rússia de projeto atualizado de Tratado sobre a Prevenção de Colocação de Armas no Espaço Exterior, a Ameaça ou o Uso da Força contra Objetos no Espaço Exterior.

41. Ao reiterar nossa visão de que não há alternativa para uma solução negociada para a questão nuclear iraniana, reafirmamos nosso apoio a sua resolução por meios políticos e diplomáticos e pelo diálogo. Nesse contexto, saudamos o momento positivo gerado pelas negociações entre o Irã e o E3+3 e incentivamos a implementação exaustiva do Plano de Ação Conjunto de Genebra de 24 de novembro de 2013, com vistas a alcançar uma solução completa e duradoura para essa questão. Incentivamos

igualmente o Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a continuar fortalecendo sua cooperação e seu diálogo com base no Comunicado Conjunto assinado em 11 de novembro de 2013. Reconhecemos o direito inalienável do Irã ao uso pacífico de energia nuclear de forma condizente com suas obrigações internacionais.

42. Reconhecendo que paz, segurança e desenvolvimento são estreitamente interligados, reafirmamos que o Afeganistão precisa de tempo, assistência e cooperação para o desenvolvimento, acesso preferencial a mercados mundiais e investimentos estrangeiros para alcançar paz e estabilidade duradouras. Apoiamos o compromisso da comunidade internacional em permanecer engajada no Afeganistão durante a década de transformação (2015-2024), conforme enunciado na Conferência Internacional de Bonn em dezembro de 2011. Salientamos que as Nações Unidas devem desempenhar papel cada vez mais relevante na assistência à reconciliação nacional, recuperação e reconstrução econômica do Afeganistão. Também reafirmamos nosso compromisso em apoiar a emergência do Afeganistão como um Estado pacífico, estável e democrático, livre de terrorismo e extremismo, e enfatizamos a necessidade de cooperação regional e internacional mais efetiva para a estabilização do Afeganistão, incluindo por meio do combate ao terrorismo. Estendemos apoio a esforços dirigidos ao combate ao tráfico ilícito de opiáceos originados no Afeganistão dentro do marco do Pacto de Paris. Esperamos um processo de paz amplo e inclusivo no Afeganistão que seja liderado e apropriado pelos afegãos. Saudamos o segundo turno da eleição presidencial no Afeganistão, que contribui para a transferência democrática de poder nesse país. Saudamos o oferecimento da China de sediar a IV Conferência Ministerial do Coração da Ásia em agosto de 2014.

43. Estamos profundamente preocupados com a situação no Iraque. Apoiamos firmemente o governo do Iraque em seus esforços para superar a crise, preservar a soberania nacional e a integridade territorial. Estamos preocupados com os efeitos do alastramento da instabilidade no Iraque resultantes das crescentes atividades terroristas na região, e instamos todas as partes a enfrentar a ameaça terrorista de maneira consistente. Exortamos todos os atores regionais e globais a se absterem de interferências que agravarão a crise e a apoiarem o Governo e o povo iraquianos em seus esforços para superar a crise e construir um Iraque estável, inclusivo e unido. Enfatizamos a importância da reconciliação e da unidade nacionais do Iraque, levando em consideração as guerras e os conflitos a que o povo iraquiano esteve submetido e, nesse contexto, saudamos a realização pacífica e ordenada da última eleição parlamentar.

44. Expressamos nossa profunda preocupação com a situação na Ucrânia. Clamamos por um diálogo abrangente, pelo declínio das tensões no conflito e pela moderação de todos os atores envolvidos, com vistas a encontrar solução política pacífica, em plena conformidade com a Carta das Nações Unidas e com direitos humanos e liberdades fundamentais universalmente reconhecidos.

45. Reafirmamos nosso compromisso em continuar a enfrentar o crime organizado internacional, com pleno respeito aos direitos humanos, a fim de reduzir o impacto negativo sobre indivíduos e sociedades. Estimulamos esforços conjuntos voltados à prevenção e ao combate a atividades criminais transnacionais, em acordo com legislações nacionais e instrumentos jurídicos internacionais, especialmente a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Nesse sentido, saudamos a cooperação do BRICS em foros multilaterais, salientando nosso compromisso na Comissão do ECOSOC de Prevenção do Crime e Justiça Criminal.

46. Pirataria e assaltos armados no mar são fenômenos complexos que devem ser combatidos efetivamente de maneira abrangente e integrada. Saudamos os esforços feitos pela comunidade internacional em combater a pirataria marítima e conclamamos todas as partes envolvidas – civis e militares, públicas e privadas – a se manterem comprometidas na luta contra esse fenômeno. Realçamos, igualmente a necessidade de uma revisão transparente e objetiva das Áreas de Alto Risco, com vistas a prevenir efeitos negativos desnecessários na economia e na segurança de Estados costeiros. Comprometemo-nos a fortalecer nossa cooperação nessa séria questão.

47. Estamos profundamente preocupados com o problema mundial das drogas, que continua a ameaçar a saúde pública, a segurança e o bem-estar e a minar a estabilidade social, econômica e política e o desenvolvimento sustentável. Comprometemo-nos a enfrentar o problema mundial das drogas, que permanece uma responsabilidade comum e compartilhada, por meio de enfoque integrado, multidisciplinar e mutuamente reforçado e equilibrado para fornecer e exigir estratégias de redução, em linha com as três convenções das Nações Unidas sobre drogas e outras normas e princípios relevantes do direito internacional. Saudamos o trabalho substancial feito pela Rússia em preparar e sediar o Encontro Internacional de Ministros em 15 de maio de 2014 para discutir o problema mundial das drogas. Tomamos nota da proposta de criação de um Grupo de Trabalho Antidrogas apresentada no II Encontro Chefes das Agências Antidrogas dos BRICS.

48. Reiteramos nossa forte condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações e salientamos que não há justificativa, qualquer que seja, para ato de terrorismo de todo tipo, seja ideológica, religiosa, política, racial, étnica, ou qualquer outra justificativa. Conclamamos todas as entidades a se abster de financiar, incentivar, oferecer treinamento ou apoiar de qualquer forma atividades terroristas. Acreditamos que a ONU exerce papel central em coordenar a ação internacional contra o terrorismo, que deve ser conduzida de acordo com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, e com respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Nesse contexto, reafirmamos nosso compromisso com a implementação da Estratégia Antiterrorista Global das Nações Unidas. Expressamos nossa preocupação quanto ao crescente uso, na sociedade globalizada, por terroristas e seus adeptos, de tecnologias da informação e comunicação, em particular a Internet e outros meios, e reiteramos que tais tecnologias podem ser ferramentas poderosas no combate à propagação do terrorismo, inclusive ao promover a tolerância e o diálogo entre os povos. Continuaremos a trabalhar conjuntamente para concluir, o mais brevemente possível, as negociações e adotar, na AGNU, a Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional. Salientamos, igualmente, a necessidade de se promover a cooperação entre nossos países na prevenção de terrorismo, especialmente no contexto de grandes eventos.

49. Acreditamos que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) devem fornecer instrumentos para fomentar o progresso econômico sustentável e a inclusão social, trabalhando em conjunto com a indústria de TICs, sociedade civil e academia, a fim de efetivar as oportunidades e alcançar os benefícios potenciais relacionados às TICs para todos. Concordamos que deve ser conferida especial atenção aos jovens e às pequenas e médias empresas, com vistas a promover o intercâmbio e a cooperação internacionais, bem como promover a inovação, a investigação e o desenvolvimento das TICs. Concordamos que o uso e o desenvolvimento das TICs, por meio de cooperação internacional e de normas e princípios do direito internacional universalmente aceitos, é de suma importância, a fim de garantir um espaço digital e de Internet pacífico, seguro e aberto. Condenamos fortemente os atos de vigilância eletrônica em massa e a coleta de dados de indivíduos em todo o mundo, bem como a violação da soberania dos Estados e dos direitos humanos, em especial o direito à privacidade. Tomamos nota da Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, realizada em São Paulo, em 23-24 de abril de 2014. Agradecemos o Brasil por tê-la organizado.

50. Exploraremos a cooperação no combate a crimes cibernéticos e também nos comprometemos, mais uma vez, com a negociação de um instrumento universal juridicamente vinculante nesse campo. Consideramos que as Nações Unidas possuem papel central nessa questão. Concordamos que é necessário preservar as TICs, em particular a Internet, como um instrumento de paz e desenvolvimento e prevenir seu uso como arma. Além disso, comprometemo-nos a trabalhar em conjunto a fim de identificar possibilidades de desenvolvimento de atividades conjuntas para enfrentar problemas de segurança comuns na utilização das TICs. Reiteramos o enfoque comum estabelecido na Declaração de eThekweni sobre a importância da segurança na utilização das TICs. Saudamos a decisão dos Altos Representantes Responsáveis por Segurança Nacional de estabelecer um grupo de especialistas dos Estados membros dos BRICS que elaborará propostas práticas relacionadas às principais áreas de cooperação e coordenar nossas posições em foros internacionais. Tendo presente a importância desses temas, tomamos nota da

proposta da Rússia de acordo do BRICS sobre a cooperação nesse campo, a ser elaborado conjuntamente.

51. Reiteramos nosso compromisso com a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica e os seus Protocolos, com especial atenção a o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi. Reconhecemos o desafio posto pelas metas acordadas para a conservação da biodiversidade e reafirmamos a necessidade de implementar as decisões sobre a mobilização de recursos acordadas por todas as partes em Hyderabad em 2012, e estabelecer metas de mobilização de recursos, a fim de permitir a sua realização.

52. Reconhecendo que a mudança climática é um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta, conclamamos todos os países a apoiar-se nas decisões adotadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com vistas a alcançar uma conclusão bem-sucedida até 2015 das negociações sobre o desenvolvimento de um protocolo, um outro instrumento jurídico ou um resultado acordado com força jurídica nos termos da Convenção aplicável a todas as Partes, de acordo com os princípios e disposições da UNFCCC, em particular o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades. Neste sentido, reiteramos nosso apoio à Presidência da 20ª sessão da Conferência das Partes e da 10ª sessão da Conferência das Partes atuando na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, a ser realizada em Lima, Peru, em dezembro de 2014. Notamos igualmente a convocação da Cúpula do Clima das Nações Unidas de 2014 a ser realizada em setembro.

53. Tendo presente que os combustíveis fósseis continuam a ser uma das principais fontes de energia, reiteramos nossa convicção de que energia renovável e limpa, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e eficiência energética podem constituir importante motor para promover o desenvolvimento sustentável, criar novo crescimento econômico, reduzir custos energéticos e aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais. Considerando a ligação dinâmica entre energia renovável e limpa e o desenvolvimento sustentável, reafirmamos a importância de se dar seguimento aos esforços internacionais destinados a promover o desenvolvimento de tecnologias de energia renovável e limpa e de tecnologias de eficiência energética, tendo em conta políticas, prioridades e recursos nacionais. Defendemos o fortalecimento da cooperação internacional para a promoção de energia renovável e limpa e para universalizar o acesso à energia, o que é de grande importância para a melhoria da qualidade de vida de nossos povos.

54. Estamos empenhados em trabalhar em direção a um processo intergovernamental inclusivo, transparente e participativo para a construção de uma agenda de desenvolvimento universal e integrada com a erradicação da pobreza como objetivo central e abrangente. A agenda deve integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada e abrangente, com objetivos concisos, implementáveis e mensuráveis, tendo em conta diferentes realidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando políticas e prioridades nacionais. A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deve, igualmente, respeitar plenamente e basear em todos os princípios do Rio sobre desenvolvimento sustentável, inclusive o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Saudamos o documento final do Evento Especial da AGNU sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que decidiu lançar um processo intergovernamental no início da 69ª Sessão da AGNU, que levará à adoção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

55. Reiteramos nosso compromisso com o Grupo de Trabalho Aberto da AGNU sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com o trabalho em conjunto para alcançar uma proposta consensual e ambiciosa em ODS. Ressaltamos a importância do trabalho da Comissão Intergovernamental de Peritos sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável e destacamos a necessidade de uma estratégia de financiamento do desenvolvimento sustentável eficaz para facilitar a mobilização de recursos para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e para apoiar os países em desenvolvimento nos esforços de implementação, com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento como uma

importante fonte de financiamento. Apoiamos a criação de mecanismo de facilitação para o desenvolvimento, a transferência e a difusão de tecnologias limpas e ambientalmente saudáveis e clamamos pelo estabelecimento de um grupo de trabalho no âmbito das Nações Unidas sobre essa proposta, tendo presente o documento final da Rio+20 e os relatórios do Secretário-Geral sobre o assunto. Nesse sentido, reafirmamos que o resultado de cada um desses processos pode contribuir para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

56. Reconhecemos a importância estratégica da educação para o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico inclusivo. Reafirmamos nosso compromisso em acelerar o progresso na consecução dos objetivos Educação para Todos e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados à educação até 2015 e salientamos que a agenda de desenvolvimento após 2015 deve basear-se nesses objetivos, de modo a garantir educação equitativa, inclusiva e de qualidade e aprendizado ao longo da vida para todos. Estamos dispostos a reforçar a cooperação intra-BRICS na área e saudamos a reunião de Ministros da Educação realizada em Paris, em novembro de 2013. Tencionamos continuar a cooperar com as organizações internacionais relevantes. Encorajamos a iniciativa de estabelecer a Rede Universitária do BRICS.

57. Em março de 2014, concordamos em colaborar por meio de diálogo, cooperação, compartilhamento de experiências e capacitação em assuntos relacionados a população que são de interesse mútuo dos Estados-membros. Reconhecemos a importância vital do dividendo demográfico que muitos de nós possuímos para avançar nosso desenvolvimento sustentável, bem como a necessidade de integrar fatores populacionais nos planos de desenvolvimento nacionais, e promover população e desenvolvimento equilibrados de longo prazo. Os desafios da transição e pós-transição demográfica, incluindo o envelhecimento da população e a redução da mortalidade, estão entre os mais importantes desafios que o mundo enfrenta atualmente. Confirmamos o nosso firme compromisso com a solução dos problemas sociais em geral e, em particular, a desigualdade de gênero, os direitos das mulheres e os problemas enfrentados por jovens e reafirmamos nossa determinação em garantir a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos para todos.

58. Reconhecemos que a corrupção afeta negativamente o crescimento econômico sustentável, a redução da pobreza e a estabilidade financeira. Estamos comprometidos a combater o suborno doméstico e estrangeiro e a fortalecer a cooperação internacional, incluindo a cooperação relacionada ao cumprimento da lei, em consonância com princípios e normas estabelecidas multilateralmente, especialmente a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

59. Considerando a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, assim como o papel da diplomacia cultural como fator de entendimento entre os povos, encorajaremos a cooperação entre os países do BRICS no campo cultural, inclusive em instâncias multilaterais. Reconhecendo a contribuição e os benefícios do intercâmbio cultural e da cooperação no incremento da nossa amizade e entendimento mútuo, promoveremos ativamente maior conscientização, entendimento e apreço da arte e cultura dos nossos países. Nesse sentido, solicitamos nossas autoridades responsáveis por cultura a explorarem iniciativas de cooperação, inclusive para acelerar as negociações do acordo sobre cooperação cultural.

60. Estamos satisfeitos com os avanços na implementação do Plano de Ação de eThekweni, que enriqueceu ainda mais nossa cooperação e estimulou amplo potencial para nosso desenvolvimento. Nesse sentido, saudamos a África do Sul pela plena implementação do Plano de Ação de eThekweni.

61. Estamos comprometidos com a promoção da cooperação agrícola e com o intercâmbio de informação atinente a estratégias para assegurar o acesso à alimentação para as populações mais vulneráveis, reduzir o impacto negativo da mudança climática sobre a segurança alimentar e adaptar a agricultura à mudança do clima. Recordamos com satisfação a decisão da AGNU de declarar 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

62. Tomamos nota dos seguintes encontros mantidos em preparação para esta Cúpula:

- III Reunião do Conselho de Think Tanks do BRICS;
- III Conselho Empresarial do BRICS;
- VI Foro Acadêmico;
- V Foro Empresarial;
- IV Foro Financeiro.

63. Saudamos os resultados do encontro dos Ministros das Finanças e Presidentes de Banco Central do BRICS e endossamos o Comunicado Conjunto do encontro de Ministros do Comércio do BRICS, realizados em preparação para a Cúpula.

64. A V edição do Foro Empresarial do BRICS ofereceu oportunidade para o estabelecimento de contatos e para a discussão aprofundada de temas altamente relevantes da agenda de comércio e investimento. Saudamos o encontro do Conselho Empresarial do BRICS e o elogiamos por seu Relatório Anual 2013/2014. Encorajamos as respectivas comunidades empresariais a dar prosseguimento às iniciativas propostas e a aprofundar o diálogo e a cooperação nas cinco áreas abordadas pelos Grupos de Trabalho de Indústria/Setor com vistas a intensificar os fluxos de comércio e investimentos entre os países do BRICS, assim como entre os BRICS e outros parceiros ao redor do mundo.

65. Reiteramos nosso compromisso, firmado por ocasião do retiro entre líderes do BRICS e da África na V Cúpula, de apoiar e desenvolver a cooperação BRICS-África em prol do desenvolvimento socioeconômico da África, particularmente no tocante ao desenvolvimento da infraestrutura e à industrialização. Saudamos a inclusão dessas questões em discussões durante o encontro do Conselho Empresarial do BRICS, realizado em Joanesburgo, em agosto de 2013.

66. Saudamos o estudo do BTTC “Towards a Long-Term Strategy for BRICS: Recommendations by the BTTC”. Tomamos nota da decisão do BTTC, adotada em seu encontro no Rio de Janeiro em março de 2014, de concentrar seu trabalho nos cinco pilares sobre os quais se sustentará a estratégia de cooperação de longo prazo do BRICS. O BTTC é encorajado a desenvolver caminhos estratégicos e planos de ação que resultem na consecução dessa estratégia de longo prazo.

67. Saudamos a realização do primeiro Encontro de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS e a Declaração da Cidade do Cabo que é voltada para (i) fortalecer a cooperação em ciência, tecnologia e inovação; (ii) lidar com desafios socioeconômicos globais e regionais comuns, utilizando experiências compartilhadas e complementaridades; (iii) gerar, em conjunto, novo conhecimento, produtos inovadores, serviços e procedimentos, utilizando financiamento apropriado e instrumentos de investimento; e (iv) promover, quando cabíveis, parcerias conjuntas do BRICS com outros atores internacionais do mundo em desenvolvimento. Instruímos os Ministros de Ciência e Tecnologia do BRICS a assinar, em seu próximo encontro, o Memorando de Entendimento sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, que oferece um arcabouço estratégico para a cooperação nessa área.

68. Saudamos o estabelecimento da Plataforma de Troca de Informações e Intercâmbio do BRICS, que busca facilitar a cooperação em comércio e investimento.

69. Continuaremos a aperfeiçoar as políticas de competitividade e implementação, empreender ações para lidar com desafios enfrentados pelas Autoridades de Defesa da Concorrência do BRICS e propiciar melhor ambiente de competição, a fim de ampliar as contribuições para o crescimento de nossas economias. Notamos a oferta da África do Sul em sediar o IV Encontro de Autoridades de Defesa da Concorrência do BRICS em 2015.

70. Reiteramos nosso compromisso de promover nossa parceria para o desenvolvimento comum. Com esse intuito, adotamos o Plano de Ação de Fortaleza.

71. Rússia, Índia, China e África do Sul estendem sua calorosa satisfação ao Governo e ao povo do Brasil por sediar a VI Cúpula do BRICS em Fortaleza.

72. Brasil, Índia, China e África do Sul comunicam seu apreço à Rússia por sua oferta de sediar a VII Cúpula do BRICS em 2015 na cidade de Ufa e oferecem seu pleno apoio para a consecução desse fim.

Plano de Ação de Fortaleza

1. Reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros / Relações Internacionais do BRICS à margem da AGNU.
2. Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Segurança Nacional do BRICS.
3. Reunião intermediária de Sherpas e Sub-Sherpas do BRICS.
4. Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Banco Central do BRICS à margem de reuniões do G20, reuniões do Banco Mundial/FMI, bem como reuniões específicas, quando solicitadas.
5. Reuniões de Ministros do Comércio do BRICS à margem de eventos multilaterais, ou reuniões específicas, quando solicitadas.
6. Reunião de Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do BRICS, precedida de reunião Grupo de Trabalho de Cooperação Agrícola do BRICS.
7. Reunião de Ministros da Saúde do BRICS.
8. Reunião de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS.
9. Reunião de Ministros da Educação do BRICS.
10. Reunião de Ministros ou Altos Funcionários responsáveis por seguridade social, à margem de reunião multilateral.
11. Seminário de Funcionários e Peritos em Questões Populacionais do BRICS.
12. Encontro de Cooperativas do BRICS (realizada em Curitiba, em 14-16 de maio de 2014).
13. Reuniões de autoridades financeiras e fiscais à margem de reuniões do Banco Mundial/FMI, bem como reuniões específicas, quando solicitadas.
14. Reuniões do Grupo de Contato sobre Temas Econômicos e Comerciais (GCTEC).
15. Reunião do Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS.
16. Reunião do Fórum de Urbanização do BRICS.
17. Reunião de Autoridades de Defesa da Concorrência do BRICS em 2015 na África do Sul.
18. Reunião de Chefes de Instituições Nacionais de Estatística dos BRICS.
19. Reunião de Peritos em Antidrogas.
20. Reunião de Peritos dos BRICS sobre Cooperação em Anticorrupção, à margem de reunião multilateral.
21. Consultas entre Missões Permanentes e/ou Embaixadas dos BRICS, conforme o caso, em Nova York, Viena, Roma, Paris, Washington, Nairóbi e Genebra, onde apropriado.
22. Reunião consultiva de Altos Funcionários dos BRICS à margem de foros internacionais relevantes relacionados a desenvolvimento sustentável, meio ambiente e clima, onde apropriado.
23. Esportes e Megaeventos esportivos.

Novas áreas de cooperação a serem exploradas

- Reconhecimento mútuo de Graduações e Diplomas de Ensino Superior;
- Trabalho e Emprego, Seguridade Social, Políticas Públicas de Inclusão Social;
- Diálogo de Planejamento de Política Externa;
- Seguro e resseguro;
- Seminário de Peritos em E-commerce.